

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E AVALIAÇÃO DE
IMPACTOS NAS TERRAS INDÍGENAS **KRAHÔ, KRIKATI**
E **APINAJÉ**, SITUADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO
CORREDOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL CENTRO-
NORTE

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

Gilberto Azanha

Maria Elisa Ladeira

ÍNDICE

Parte I – Diagnóstico

Aspectos Gerais por Terra Indígena

Terra Indígena Krahô ou Kraolândia

Nome

Localização

População

Histórico do Contato

Situação Atual da Terra

Assistência

Terra Indígena Krikati

Nome

Localização

População

Histórico do Contato

Situação Atual da Terra

Assistência

Terra Indígena Apinajé

Nome

Localização

População

Histórico do Contato

Situação Atual da Terra

Assistência

Timbira: Modo de Vida e Uso dos Recursos Naturais

Organização social e meio ambiente

Chefia e representação política

Morfologia social e subsistência

O sistema de nomeação

As mulheres e as roças

As “festas”

Os homens e a caça

A relação com os recursos naturais: uma relação entre sujeitos

A conservação dos recursos naturais e sua utilização

Krahô

Caracterização da economia regional

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Levantamento de projetos governamentais e não-governamentais em curso na região

Krikati

Caracterização da economia regional

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Levantamento de projetos governamentais e não-governamentais em curso na região

Apinajé

Caracterização da economia regional

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Levantamento de projetos governamentais e não-governamentais em curso na região

PARTE II - AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Identificação dos impactos

Avaliação e análise dos impactos

PARTE III - MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Medidas mitigadoras e compensatórias de curto e médio prazo

Krikati

Apinajé

Krahô

. Bibliografia Citada

. Anexos

PARTE I – DIAGNÓSTICO

Aspectos Gerais por Terra Indígena

Terra Indígena Krahô ou Kraolândia

Nome

Os *Krahô* estão classificados como Timbiras Orientais e pertencem ao tronco lingüístico Jê. A origem da denominação *Krahô* é desconhecida pelos atuais integrantes do grupo. O termo aparece na literatura em meados do século XIX, possivelmente dado por colonos da região. Na verdade os atuais *Krahô* resultaram da junção, nas primeiras duas décadas do século XIX, de duas etnias: os *Pãrecamekra* (ou *Kenpocatêjê*) e os *Mãcamekra*. Estas autodenominações ainda são reconhecidas pelos índios.

Localização

A Terra Indígena Krahô, com um território de 3.200 Km², está localizada entre o rios Manoel Alves Pequeno e Vermelho, afluente do rio Manoel Alves Grande, na bacia do rio Tocantins. A área Krahô está situada nos municípios de Goiatins (antiga Piacá) e Itacajá, ao norte do estado do Tocantins, nas coordenadas aproximadas de 47,5° W e 8° S. As vias de acesso são através da BR 010 (Belém-Brasília) até a altura da cidade de Presidente Kennedy e depois pela TO 239 até a cidade de Itacajá. Para o acesso às aldeias situadas a leste da TI, o trajeto é feito desde Araguaína (sede da FUNAI local) até a cidade de Goiatins.

No início do século XIX, os Krahô habitavam a região banhada pelo curso inferior do rio Balsas e seus afluentes, Neves e Macapá, no Maranhão.

População

Atualmente os Krahô estão distribuídos em 08 aldeias: *Pedra Branca, Pedra Furada, Manuel Alves, Santa Cruz, Cachoeira, Rio Vermelho, Aldeia Nova, Forno Velho*, e em quatro núcleos residenciais isolados: *Lagoinha, Serra Grande, Riozinho e Morro do Boi*.

Nas aldeias Krahô encontramos descendentes dos Apinayé, Apaniekra e Xerente e dos extintos Kenkatejê, que tiveram sua aldeia massacrada em 1913 por fazendeiros locais. Encontram-se ainda indivíduos com ascendência “civilizada”, de cor negra, principalmente na aldeia Morro do Boi. É impossível calcular a exata proporção em que estes grupos contribuíram para a constituição da população Krahô. Contudo, todo aquele que nasce em uma aldeia Krahô – e é educado como tal - é considerado Krahô, independentemente de sua ascendência.

A população atual é de 1.423 índios distribuídos pelas seguintes faixas etárias* :

	F	M
01 – 05	128	109
06 - 09	103	102
10 – 14	85	95
15 – 19	87	86
20 – 29	92	96
30 – 39	72	65
40 – 49	37	46
50 – 59	16	22
60 – 69	17	18
70 – 79	28	26

+ 80 12 19

(*) neste quadro não estão computados 62 pessoas (das aldeias Riozinho e Serra Grande) cujo censo realizado pela FUNAI não discriminou por faixa etária.

Histórico do Contato

No início do século XIX a frente pastoril proveniente do Piauí começava a ocupar a região banhada pelo curso inferior do rio Balsas (MA), território ocupado pelos Krahô. O contato foi inicialmente hostil e os Krahô foram empurrados na direção do Tocantins. Em 1808 os Krahô aniquilaram a fazenda Saco, e em 1809 a fazenda Vargem da Páscoa na Ribeira da Balsa. Em consequência uma de suas aldeias foi atacada e derrotada por 150 voluntários e 20 soldados de linha, caindo nas mãos dos vencedores 70 prisioneiros que foram enviados para São Luiz.

Foi em consequência destes ataques que os Krahô (subgrupo *Mãkrare*) deixaram seu território original, na região do rio das Balsas e Macapá e rumaram em direção ao oeste, para o Tocantins, onde entraram em contato com o fazendeiro e comerciante Francisco José Pinto de Magalhães, fundador de São Pedro de Alcântara, atual Carolina (MA).

Este comerciante que estava ocupado com o comércio entre o Pará e Goiás através do Tocantins, com o apoio dos criadores de gado do sul do maranhão, fez amizade com os Krahô. A fundação de São Pedro de Alcântara, as margens do Tocantins, tinha como finalidade constituir-se em um local de parada e reabastecimento para os navegadores do Tocantins, transformar-se em uma base para a exploração agrícola das florestas marginais do Tocantins e também uma base para a organização de expedições para escravizar índios, que seriam empregados nas plantações locais ou vendidos em Belém. A Carta Régia de 5 de setembro de 1811 permitia a escravidão temporária de índios hostis na bacia do Tocantins.

O caráter da aliança destes Krahô (*Mãkrare*) com este comerciante é assim descrito por Nimuendajú : *“por um lado eles (os Krahô) continuavam prejudicando o mais possível, debaixo da capa de paz, os seus inimigos, os fazendeiros do leste, com furtos de gado, fazendo crer que os culpados eram as outras tribos (Timbira) vizinhas; por outro lado*

eles eram os fiéis aliados de Magalhães em todas as bandeiras contra os outros Timbira....”

Dessa maneira, os Krahô, não somente participavam, ao lado dos fazendeiros, dessas expedições escravizadoras, como forneciam, com seus constantes roubos de gado, motivo para os fazendeiros continuarem com suas expedições. Vários grupos Timbira parecem ter desaparecidos em consequência disso.

No Tocantins os Krahô (subgrupo *Mãkraré*) penetraram no território ocupado por outro grupo Timbira, os *Pãrecamekra*, vítimas das alianças dos Krahô com as bandeiras de São Pedro de Alcântara. Os sobreviventes se juntaram aos *Mãkraré* compondo, dessa forma, Krahô atuais.

Entretanto, a população indígena ao redor de Carolina foi diminuindo e a consequência imediata desse novo contexto é que os próprios Krahô apareciam como responsáveis pelos constantes e continuados roubos de gado, tornando-se indesejáveis. Apesar de que em 1840, um fazendeiro da região mantinha perto de sua fazenda uma pequena aldeia Krahô, com cerca de 25 habitantes, para protegê-lo dos índios Akuen, havia um movimento entre a população local para afastá-los da região já colonizada.

Em 1848, os Krahô foram levados pelo missionário Frei Rafael de Taggia para o sul, na confluência do rio do Sono com o Tocantins, fundando a atual Pedro Afonso, já em terras de Goiás, onde até aproximadamente 1860, habitaram uma grande aldeia. Mesmo essa transferência tinha ainda como um dos fins colocar os Krahô como sentinela avançada dos fazendeiros contra os Akuen.

Nos anos de 1849/1850 uma epidemia de sarampo reduziu a população a menos da metade. É depois destas epidemias ou da “febre” como dizem os informantes mais velhos, que os Krahô começam gradualmente a se deslocar rumo ao norte, para as cabeceiras do rio Manoel Alves Pequeno, onde atualmente está demarcado seu território.

As notícias sobre os Krahô, na segunda metade do século passado são mais raras. Parece que não mais entraram em choque com outros grupos tribais, com exceção apenas da expedição, já em 1923, que realizaram contra os Apinajé. Os Krahô contam que ao se deslocarem para a região atual tiveram cinco aldeias até que se reuniram em uma grande aldeia chefiada pelo Tito (um índio Krahô filho de um fazendeiro da região que assumiu a paternidade educando-o e presenteando-o com muitas cabeças de gado), desde alguns anos antes da viagem que este fez, em 1873, à capital do Império, até o seu assassinato, ocorrido nos últimos anos do século passado.

Este assassinato realizado na própria aldeia por um regional provocou - pela seqüência de atrocidades cometidas entre a própria população regional, já que Tito foi assassinado por vingança a seu pai, também assassinado - uma nova dispersão dos Krahô. Data desta época a relação estabelecida com Agostinho Soares, fazendeiro local, uma aliança que perdurou através de seus descendentes até que, já na terceira geração, cansados dos furtos de gado praticados pelos Krahô e esquecidos da proteção destes quando do estabelecimento de seus avós na região, atacam, em 1940, duas das aldeias Krahô matando 26 índios, o que veio a ocasionar a demarcação do território atual.

Mas os problemas das relações com os civilizados continuaram persistindo. No território concedido aos Krahô havia moradores sertanejos, que o SPI permitiu continuarem nas terras que ocupavam mediante contratos de arrendamento. Em 1952 um encarregado do SPI rescindiu 100 destes contratos de arrendamento fazendo com que uma grande parte dos moradores se retirasse do território indígena. Atualmente, o território Krahô, encontra-se plenamente ocupado pelos índios.

É importante ressaltar, para que se compreenda as relações estabelecidas entre as várias aldeias que compõem os Krahô atuais, que elas resultam da subdivisão *Mãkrare/Pãrekramekra* (*Kenpokatejê*). A composição política destas aldeias pode ser assim resumida: o “povo” das aldeias do Galheiro, Santa Cruz, Morro do Boi, Aldeia Nova, Forno Velho e o “povo” da Pedra Branca, Pedra Furada, Manoel Alves, Cachoeira e Rio Vermelho.

Situação Atual da Terra

A área Krahô (*Kraolândia*) encontra-se Homologada e Registrada no CRI e SPU; Decreto 99062 de 07/03/90 homologa a demarcação (DOU 08/03/90); Reg. CRI de Goiatins, Matrícula 1377 Livro 2.F fl. 269 em 10/03/92; Registro CRI de Itacajá, Matrícula. 2150 Livro 2-F Fl 100 v em 10/03/92; Registro SPU TO -29 em 1990, com extensão de 302.533 ha. Localiza-se nos municípios de Goiatins e Itacajá.

Os Krahô tiveram seu território atual delimitado em 5 de agosto de 1944, através de um decreto do Governo de Goiás que lhes concedia o uso e gozo das terras que ocupavam. Este ato foi decorrente de um ataque de fazendeiros locais à duas aldeias Krahô, quando 26 índios foram mortos. O Governo Federal foi acionado por um antigo missionário batista que havia vivido entre os índios entre 1926 e 1938. Imediatamente foram tomadas as devidas providências, sendo que os dois fazendeiros considerados como responsáveis foram condenados a sete anos de prisão e alguns outros a penas menores. Foi após esse massacre que o SPI instalaria um posto de serviço junto às aldeias e o Governo de Goiás lhes delimitaria o território.

Assistência¹

A FUNAI atende aos três povos indígenas aqui envolvidos através da Administração Regional (ADR) de Araguaína (TO). Nesta cidade é mantida a sede do órgão e a CASA do ÍNDIO, localizada a cerca de 5km do centro da cidade, às margens o rio Lontra, instalada em 1985. A Casa do Índio conta com um total de 7 funcionários. Há um gabinete odontológico e um posto de enfermagem que faz o atendimento primário e

¹ As informações sobre a situação de saúde entre os **Krahô, Apinajé e Kricati** foram obtidas junto à ADR de Araguaína através de entrevistas com a Chefe do Serviço de Assistência, Maria Maviolene G. da Silva, e com a responsável pela Divisão de Educação, Maria da Graça. Foi utilizado também como subsídio, na área de saúde, o “Relatório da Casa do Índio” elaborado por aquela ADR. Muitas das informações puderam ser complementadas e avaliadas pelos dados de campo e relatórios dos consultores, Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira, disponíveis no Centro de Trabalho Indigenista - CTI, ONG à qual estão ligados.

serviço de assistência social. O quadro dos servidores da área de saúde lotados na Casa do Índio de Araguaína conta com uma enfermagem-padrão, um dentista (meio período), duas atendentes de enfermagem, duas técnicas de enfermagem, estas trabalhando sob o regime de 12 horas e plantões 12x36.

As doenças de maior predominância entre os índios atendidos pela ADR são as gripes, bronquites, diarreias, dermatomicoses, pneumonias, gastroenterites, desidratação, desnutrição, anemia. Há casos crescentes de tuberculose pulmonar, câncer e diabetes. Este quadro é indicativo, do lado das moléstias infecto-contagiosas, de falta de assistência primária preventiva nas aldeias; do lado das moléstias degenerativas (câncer, diabetes, problemas cardíacos), indica um processo recente, provavelmente originado pela mudança dos hábitos alimentares.

A ADR de Araguaína mantém junto aos KRAHÔ 04 postos de assistência (PIN). Entretanto a assistência prestada às aldeias é precária. Aliada as dificuldades crônicas da FUNAI e o total desconhecimento da realidade por parte das Secretarias Estaduais de Educação e principalmente da Saúde, existem sérias dificuldade de acesso a grande maioria das aldeias.

Entre os anos de 1975/1976, os Krahô foram alvo de um projeto de Desenvolvimento Comunitário realizado no âmbito da FUNAI, que viria a alterar o modo de relacionamento de algumas de suas aldeias com o Estado, iniciando uma nova etapa em suas relações com a sociedade nacional. Estes projetos, de caráter experimental, foram desenvolvidos em quatro áreas indígenas diferentes, consideradas como emblemáticas da problemática indígena de então.

A área Krahô tem um total de 12 “aldeias” (do ponto de vista da FUNAI) e 11 escolas, que funcionam de modo intermitente e com variações significativas entre si com um total aproximado de 482 alunos e 19 professores (FUNAI e CTI, 1997). Existem dois programas de educação na área: os ministrados pelos professores contratados pela Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC) e o programa de Educação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI, uma ONG de apoio que trabalha com os Krahô há

mais de 10 anos) e que acompanha as escolas em três aldeias (Rio Vermelho, Aldeia Nova e Riozinho). Segundo relatórios do CTI, há 19 professores na área, sendo que deste conjunto apenas 04 são não-índios e contratados pela FUNAI ou pelo município de Itacajá. Dos professores indígenas, 05 são remunerados pelo CTI e recebem desta entidade orientação pedagógica e apoio de material didático; os restantes 10 professores indígenas são contratados pela SEDUC.

A situação dos prédios escolares, acesso a material didático, merenda etc. varia em cada aldeia dependendo de sua distância dos centros urbanos, a mobilização dos professores e lideranças e, claro da vontade das entidades envolvidas.

São 04 os Postos Indígenas (PIN) que a FUNAI mantém entre os Krahô: **PIN Krahô, PIN Cachoeira, PIN Santa Cruz e PIN Rio Vermelho.**

As aldeias jurisdicionadas aos PINs Krahô, Cachoeira e Santa Cruz recebem assistência complementar da FUNAI através de um Posto de Serviços localizado na cidade de Itacajá. Este escritório atua como apoio para a assistência na área de saúde e conta com uma D-20 e com dois servidores (uma técnica em enfermagem e uma atendente) com jornada de 8 horas semanais e plantões alternados nos finais de semana. Como ocorre em todos os PINs, este Posto de Serviço conta com um aparelho de radiofonia; nas aldeias que não contam com servidores da FUNAI, qualquer ocorrência de saúde é comunicada ao Posto que desloca a D-20 para o local, junto com o servidor. Se for necessário deslocar o enfermo para atendimento especializado, este é conduzido para Araguaína, onde a FUNAI dispõe de uma Casa do Índio.

Os veículos de transporte na TI Krahô são praticamente inexistentes; além da D-20, a FUNAI conta para a assistência a todas as 13 aldeias da área de um trator de pneu e dois barcos.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Krahô**

Aldeia Pedra Branca

População: 271

Município: Itacajá

Esta aldeia é a mais antiga do universo das aldeias Krahô atuais. Sede do antigo posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tem recebido assistência sistemática dos órgãos governamentais desde 1941. Situa-se a 18 km de Itacajá e era a até o início dos anos 80 a aldeia mais próxima de um núcleo urbano. A FUNAI mantém ali uma infra-estrutura básica, que consiste em uma enfermaria-residência, escola (construída pela SEDUC) e casa-sede do PIN. Dois professores não-índios, contratados pela FUNAI, se responsabilizam pelos 51 alunos distribuídos da 1ª à 4ª séries do 1º grau. Dois monitores indígenas, pagos pela SEDUC, auxiliam os professores. A Secretaria de Saúde do Tocantins (SESAU) mantém um monitor de saúde indígena, Dilson Poput.

Aldeia Pedra Furada

População: 101

Município: Itacajá

Esta aldeia, antiga cisão da aldeia Pedra Branca e bem próxima a esta, conta com uma enfermaria-residência construída pela FUNAI em 1974 e com um prédio escolar construído pela SEDUC, esta secretaria se responsabilizando pelos honorários dos dois monitores índios responsáveis pela alfabetização bilíngüe dos 36 alunos matriculados. A SESAU mantém um monitor de saúde, o índios Alcides Pirca.

Atualmente, há um grupo de famílias desta aldeia em mudança para a região central da área (Água Branca), pretendendo ocupar um espaço construído pela FUNAI e SEDUC como centro de eventos e reuniões; um dos monitores de educação acompanhará este grupo na nova aldeia.

Aldeia Manuel Alves

População: 114

Município: Itacajá

Cisão mais recente da aldeia Pedra Branca (1981), a aldeia Manuel Alves localiza-se muito próxima a cidade de Itacajá, sofrendo interferência direta da mesma. Conta com prédio escolar e enfermaria e um barco tipo “voadeira”, que é utilizado nas travessias diárias do rio que empresta o nome à aldeia e é limite da área. Transposto o rio Manuel Alves Pequeno, em cinco minutos de caminhada chega-se à cidade.

A FUNAI mantém um professor não-índio e a SEDUC um monitor indígena. A Missão Novas Tribos do Brasil também possui um professor ali residente. Este pessoal leciona para os 41 alunos matriculados da 1ª à 4ª séries do 1º grau. Entretanto é comum parte destes alunos abandonarem as escolas indígenas para freqüentarem as escolas na cidade, ainda que de forma intermitente. A SESAU mantém um monitor de saúde, o índio Joci Messias.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Cachoeira**

Aldeia Cachoeira

População: 217

Município: Itacajá

Esta aldeia, juntamente com a aldeia do Rio vermelho, é uma das mais tradicionais, mantendo integralmente a diversidade da vida ritual. Situada na porção noroeste da área indígena, fica a 35 km de Itacajá. Possui prédio escolar construído pela SEDUC e enfermaria-residência. A SEDUC remunera os dois monitores indígenas que são responsáveis pela alfabetização dos 55 alunos matriculados. Além do chefe do PIN, a FUNAI mantém ali um atendente de enfermagem e a SESAU um monitor indígena de saúde, José Lindo.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Rio Vermelho**

Aldeia Rio Vermelho

População: 210

Município: Goiatins

Esta aldeia originou-se de uma cisão da aldeia da Cachoeira e localiza-se às margens do rio de mesmo nome, limite leste da área Krahô e próxima a cidade de Goiatins (37 km de estrada carroçável). O PIN conta com uma casa-sede, enfermaria e um prédio escolar construído com recursos da FUNAI e do CTI. Esta entidade remunera dois professores indígenas enquanto a SEDUC dois monitores bilíngües. A FUNAI mantém uma atendente de enfermagem e a SESAU um monitor indígena. O único transporte é uma C-10 doada pelo CTI há alguns anos e que se encontra em péssimo estado.

Recentemente um grupo composto por 5 famílias abandonou esta aldeia na tentativa de constituírem uma novo grupo local. Liderados pelo índio Antônio Cavalcanti Xôcã (funcionário da FUNAI), estão acampados a 18 km aproximadamente da aldeia do Rio Vermelho, numa paragem denominada Bacurí.

Aldeia Nova do Galheiro

População: 106

Município: Goiatins

Situada também às margens do Rio vermelho, a poucos quilômetros da aldeia anterior (18), esta é uma cisão recente da aldeia do Galheiro, situada na porção sudoeste da área. Noventa por cento das famílias desta antiga aldeia mudaram-se para o outro lado da área a procura de mais caça e matas para roças.

Independentes da assistência da FUNAI, opção escolhida como forma de manterem sua autonomia política, os habitantes desta aldeia não contam com o auxílio de nenhum funcionário e nem a FUNAI mantém ali qualquer infra-estrutura. Em tese, esta aldeia deveria receber apoio do PIN Rio Vermelho; mas além da postura dos seus habitantes, isto não ocorre por problemas políticos com a aldeia Rio Vermelho. O único meio que vincula esta aldeia à FUNAI é um aparelho de radiofonia. O único meio de transporte que possuem é um barco de alumínio com motor tipo “rabetá”.

O CTI mantém uma escola, construída pelos próprios índios com adobe e remunera dois professores indígenas. A SESAU mantém um monitor de saúde.

- **Aldeias Jurisdicionadas ao PIN Santa Cruz**

Aldeia Santa Cruz

População: 177

Município: Itacajá

Localizada ao sul da área, nas margens do Rio Manuel Alves Pequeno, esta aldeia é originária de uma antiga cisão da aldeia do Galheiro. Apresentou nos últimos anos forte incremento populacional, absorvendo famílias vindas das aldeias Nova, Forno Velho e Serra Grande.

Conta com a infra-estrutura básica da FUNAI: casa-sede, enfermaria e prédio escolar. Além do chefe-do-posto, a FUNAI mantém ali um atendente de enfermagem. A SESAU complementa a assistência a saúde mantendo um monitor indígena. A SEDUC mantém três monitores bilíngües. Possuem um barco de alumínio para a travessia do rio; o restante do percurso é feito a pé (12 km).

Aldeia Forno Velho

População: 92

Município: Itacajá

Aldeia também originada de uma cisão da aldeia do Galheiro, agrupa famílias vindas da aldeia Santa Cruz. Contam com uma precaríssima assistência da FUNAI: quando necessitam apoio emergencial na área de saúde, deslocam-se a pé para a aldeia Santa Cruz ou transmitem uma mensagem via radiofonia para o Posto de Serviços de Itacajá. A única construção é um prédio escolar feito de material simples com apoio da ADR de Araguaína e SEDUC, entidade que remunera o monitor bilíngüe. A SESAU mantém um

monitor de saúde. O futuro desta aldeia é incerto, com algumas famílias pretendendo voltar para a Santa Cruz e outras para a aldeia Nova.

Aldeia Serra Grande

População: 34

Município: Itacajá

Esta aldeia é formada pelas famílias que não se deslocaram para o Rio Vermelho e que constituíram a aldeia Nova. Não conta com nenhuma infra-estrutura da FUNAI; a SEDUC remunera um monitor bilíngüe, responsável pela alfabetização dos 25 alunos matriculados. Não tem ninguém responsável pela área de saúde, nem mesmo um monitor indígena. Seu futuro como grupo local autônomo é também incerto.

- **Núcleos Isolados**

Morro do Boi

População: 76

Município: Itacajá

Este núcleo teve sua origem com o matrimônio de um velho Krahô da aldeia do Galheiro (então *Peritoró*) com uma negra, há mais de 60 anos, gerando uma descendência mestiça que reluta em integrar-se ao modo de vida Krahô. Alguns o fizeram no passado, mas a maioria continua vivendo dentro da área, não obedecendo os padrões indígenas. Entendem a língua Krahô, mas só falam em português. Desde a 2ª geração, os casamentos são estabelecidos com índias Krahô (que passam a residir com o marido, quebrando a norma de residência Krahô, que é uxorilocal); as suas mulheres se casam com habitantes do local (para horror dos Krahô) ou geram filhos com os pequenos regionais pobres das vizinhanças. O único contato com a FUNAI é o aparelho de radiofonia que é ali mantido.

Núcleo do Riozinho

Núcleo da Lagoinha

Roça do Aleixo

População: 42

28

13

Estes três núcleos, a rigor, não se constituem em grupos locais ou aldeias; são compostos por apenas 01 grupo familiar (composto por filhos/filhas e genros/noras) e liderados por três velhos: Agostinho (Lagoinha), Basílio (Riozinho) e Aleixo, que resolveram viver “isolados”, fora dos “fuxicos” das aldeias. O primeiro e terceiro pertencem ao “povo do Galheiro Velho”; o segundo é originado da aldeia Pedra Branca. Não existe nenhuma infra-estrutura da FUNAI nestes núcleos; a SEDUC mantém um monitor na Lagoinha e a SESAU um de saúde. No Riozinho, o CTI remunera um monitor bilíngüe.

Terra Indígena Krikati

Nome

A autodenominação do grupo é *Kricatijé* significando “aqueles da aldeia grande”, lhes é aplicada também pelos demais Timbira. Seus vizinhos imediatos, os *Pykopjê*, se referem aos Krikati usando o designativo *Pôcatêgê* que significa, “aqueles que dominam a chapada”. Devido à proximidade física e cultural entre os Krikati e os *Pukopjê*, estes dois grupos foram confundidos por muito tempo como um único sob a denominação genérica de “Gaviões”.

Localização

As referências históricas de Casteneau (1844), Ferreira Gomes (1859), Marques (1870) coincidem com a descrição da ocupação territorial dos Krikati feita por Nimuendajú em 1946, informando que “...os Krikati nunca abandonaram suas antigas sedes ao leste do Tocantins, onde este rio muda sucessivamente a sua direção de Sul/Norte para Leste/Oeste ao nascente de Imperatriz, no interior”.

Atualmente os Krikati habitam a aldeia de São José, localizada no município de Montes Altos, a sudoeste do estado do Maranhão. A rodovia estadual MA-280 corta a área reivindicada pelos Krikati, passando a apenas 300 metros da aldeia São José.

População

Devido à já mencionada referência comum nas fontes históricas entre os Krikati e os *Pykopjê*, no início do século XIX o total da população dos dois grupos foi estimado por Paula Ribeiro em aproximadamente 2.000 índios e, em 1919, um censo do Serviço de Proteção ao Índios (SPI) indicou uma população de 273 índios distribuídos entre as aldeias Engenho Novo e Canto da Aldeia. Foi só a partir dos anos de 1960 que as populações dos dois grupos começaram a ser indicadas em separado.

DATA	FONTE	NÚMERO DE ÍNDIOS
1963	Serviço de Proteção ao Índio	230
1964	J.C. LAVE	210

1969	NEWTON	204
1979	FUNAI	291
1984	SANTOS	338
1990	FUNAI	420
1996	Centro de Trabalho Indigenista	530

Histórico do Contato

Os Krikati fazem parte da nação Timbira, que ocupava tradicionalmente uma grande extensão de terra situada nos cerrados do norte do Goiás e sul do Maranhão, regiões que foram gradativamente colonizadas a partir do início do século passado por frentes agropastoris. Atualmente os territórios ocupados pelos Timbira, que somam sete grupos distintos, em um total de 22 aldeias e com uma população de 5 mil índios, são descontínuos, formando pequenas ilhas de terra que variam de 50.000 a 300.000 hectares cercadas ou invadidas por pequenas fazendas de criação de gado. Dos grupos Timbira atuais, o Krikati é o único que não tem um território demarcado.

O processo de colonização do centrosul maranhense data de meados do século passado e desenvolveu-se sobretudo através da pecuária extensiva. Por esta época são registrados inúmeros combates entre os colonizadores e os grupos indígenas Timbira, ocupantes originários daquela região.

Aguerridos e belicosos, os assim chamados “Gaviões”, isto é os Pykobjê e os Krikati, tornaram infrutíferas as tentativas de colonização compreendida entre as cabeceiras do rio Pindaré e Tocantins (os chamados Campos do Grajaú) até 1841. Em 1817 o Governo do Maranhão financiaria a instalação de uma colônia militar nas margens do alto Grajaú, a Colônia Leopoldina, para “*chamar os índios da região à paz*” e permitir assim, a colonização da região. A execução deste projeto ficou a cargo de Francisco Pinto de

Magalhães, o bem sucedido pacificador dos Mākamekra (subgrupo que compõem os atuais Krahô). Porém em 1821 nada mais restava desta colônia pois seu comandante “*viu-se obrigado...em presença da ferocidade (dos índios) a abandonar o presidio e retirar-se com dezoito homens*”.

Em 1849 o Governo Provincial do Pará estabeleceu às margens do rio Tocantins a colônia militar de Teresa Cristina, atual cidade de Imperatriz, nas imediações de aldeias Krikati, estabelecendo um ponto importante no apoio à pacificação dos índios na região, imprescindível para garantir-se a sua ocupação pelos criadores de gado.

As primeiras referências explícitas aos Krikati (*Caracati*) nas fontes históricas, enquanto um grupo diverso dos Gaviões, aparece em um relatório de província que menciona: “*o missionário da Colônia de Santa Tereza do Tocantins...comunicou que em fins do ano passado (1853) que nessa ocasião haviam descido do sertão para sua missão quinhentos indígenas;...e ultimamente participa haver reunido ali mais trezentos e dois da tribo Caracaty* “. Através deste texto, ficamos sabendo também que os primeiros contatos pacíficos com os *Caracaty* (Krikati) somente aconteceram em 1854.

Até o início dos anos 1860, numerosos relatórios de Presidentes da Província do Maranhão atestavam que a região compreendida entre o Tocantins (entorno de Santa Teresa/Imperatriz) e a margem esquerda do Grajaú (proximidades da Serra da Desordem) estava sob domínio dos índios “Gavião”, ou seja, dos *Pykopjê*, *Krikati* (ou *Caracati*) e *Pihàcamekra* (Pivocas ou Pivocamekras nestes relatórios).

De 1860 em diante, os *Pihàcamekra* (que habitavam as cabeceiras do Pindaré e mantinham estreita relação de aliança tanto com os Krikati como com os *Pykopjê*) começaram a estabelecer contatos pacíficos com o missionário de Santa Teresa, Manuel Procópio. Por essa mesma época, os Krikati estavam estabelecidos em suas aldeias situadas na bacia do ribeirão Arraia e os *Pykopjê* no Santana. Em 1862, os Krikati atacaram a fazenda “Salto”, matando 16 pessoas, ataque motivado pelo roubo de crianças indígenas (e o assassinato de duas delas) por duas pessoas residentes na dita fazenda.

Temendo inevitável represália, parte dos Krikati se refugiaram entre os Pihàcamekra e outros foram buscar abrigo em cima da Serra da Desordem, onde depois de algum tempo começaram a ser atacados por um fazendeiro de nome Amaro (em uma só emboscada, este fazendeiro trucidou 23 índios jovens, que foram jogados no Arraia). Além destes ataques, as condições de sobrevivência do grupo na Serra da Desordem eram precárias; sem muitas alternativas, acabaram por estabelecer relações pacíficas com Amaro, permitindo-lhe ocupar com seus rebanhos as terras localizadas nos ribeirões Gregório e Tapuio, formadores do Arraia.

Cercados e enfraquecidos pelas constantes represálias movidas pelo Governo Provincial, os índios Krikati começam a estabelecer relações amistosas com os novos ocupantes, ainda em número insignificante, permitindo a presença destes em seu território. Por volta dos anos 70 do século passado, estas relações resumiam um tipo de acordo pelo qual os índios davam permissão temporária para a “invernada” do gado dos fazendeiros em suas terras em troca da doação de alguma cabeça de gado.

Depois de perambularem por várias aldeias, em 1915 aproximadamente, os Krikati e Pihàcamekra se uniram formando uma grande aldeia, a do “Canto da Aldeia”. Este último grupo começou a deixar as terras ao redor de Imperatriz devido a uma grande epidemia de sarampo que quase dizimou o grupo. Descendo o Tocantins, subiram o Clementino e foram se estabelecer na bacia do Arraia. A partir daí, os contatos entre os dois grupos se intensificaram, terminando por se juntarem na aldeia mencionada. Esta fusão deve ter se dado em função do baixíssimo contingente populacional dos dois grupos, impedindo a realização dos grandes rituais.

Foi nesta aldeia que o funcionário do então Serviço de Proteção ao Índio – SPI, Marcelino Miranda, apareceu com ordens de transferir os índios para Barra do Corda, por pressão dos fazendeiros locais, antigos “aliados” dos Krikati. A tentativa se revelou frustrada, pois os poucos índios que foram para a gleba “Rodeador” comprada pelo SPI, retornaram depois de seis meses para seus antigos territórios.

Quando Nimuendajú os visitou em 1929, pouco depois da tentativa frustrada de transferência, encontrou-os “dispersando-se em todas as direções” (1946, 161). Muitos

foram se estabelecer junto aos Pykopjê; outras famílias foram para o Arraia e outras ainda para o Pindaré. Nimuendajú chega a dar como certa a extinção dos Krikati como grupo autônomo.

Somente por volta de 1935 os Krikati conseguiram reunir-se novamente, na aldeia “Taboquinha”; em função da tuberculose que começara a grassar nesta aldeia, muitas acusações de feitiçaria surgem e esta aldeia se dispersa e cindi-se em várias outras (Baixa Funda, Cabeceira das Cabras, São José e Batéia).

Em 1962 o prefeito de Montes Altos, Jocino Gomes, pressionado pelos fazendeiros locais, convocou uma reunião na Prefeitura com representantes de todas as aldeias Krikati e os fazendeiros, visando acertar um acordo pacífico que impedisse a matança de gado pelos índios...e represálias por parte dos fazendeiros invasores. Este acordo estabelecia que os fazendeiros doariam uma cabeça de gado por mês para os índios; em troca estes não matariam mais gado e se comprometiam a residir em uma única aldeia, para facilitar a “fiscalização” do acordo.

Para estimular a fusão das aldeias dispersas, o pároco local, frei Aristides, instalou na aldeia São José uma escola. Várias famílias acabaram mudando-se para esta última aldeia. A idéia geral por trás deste acordo, era “liberar” partes do território para os fazendeiros invasores. Para reforçar ainda mais esta idéia, a FUNAI estabeleceria seu posto de assistência nesta aldeia em 1977. Mas mesmo assim, em 1979, os Krikati habitavam em quatro pontos distintos de seu território. Somente em 1983 todas as famílias dispersas acabaram por congregarem-se na aldeia São José.

Situação Atual da Terra

A área Krikati está delimitada (Portaria Ministerial 328 de 07/07/92 declara de posse permanente indígena e revoga a Portaria Ministerial 258 de 28/05/92/DOU 08/07/92), com extensão de cerca de 146.000 ha e no momento encontra-se em processo de demarcação física (já finalizada em campo) e levantamento fundiário dos ocupantes não-índios situados no território delimitado.

A delimitação desta área obedeceu a cuidadosos estudos com o propósito de se garantir a este povo a possibilidade de um crescimento demográfico e uma sobrevivência digna de acordo com seu próprio modo de vida.

Os estudos que delimitaram a área indígena Krikati em 146 mil hectares não foram feitos somente pela FUNAI, mas por um perito nomeado pelo Juiz Federal da 2ª Vara de São Luís - que reconheceu sua validade jurídica ao indeferir o pleito de muitos fazendeiros de Montes Altos, que entraram em juízo em 1981 para tentar o reconhecimento legal de seus títulos de propriedade incidentes na área pleiteada pelos Krikati.

O Juiz Federal não reconheceu como válidos os títulos dos 120 fazendeiros que propuseram a ação, julgando extinta a ação, sem julgamento de mérito. Os próprios peritos indicados pelos fazendeiros na ação foram forçados a reconhecer que os títulos de propriedade apresentados “...eram de posses sem denominação, localização, limites confrontantes ou área definida - o que determina a nulidade dos registros promovidos pelos herdeiros ou sucessores” (Ação nº 1875/81, 2ª Vara da Justiça Federal do Maranhão). Portanto, o que foi reconhecido em Juízo, além da legitimidade da posse indígena sobre a área proposta pelo perito, é que os pretensos proprietários eram na verdade ocupantes de terras da União Federal cujo usufruto exclusivo caberia somente aos índios Krikati, segundo o disposto no artigo nº 231, caput, da Constituição da República.

A omissão do Poder Público, ao postergar indefinidamente a demarcação administrativa da área indígena, gerou uma situação explosiva colocando em risco a sobrevivência física dos índios Krikati.

Em 1989, a FUNAI cadastrou 563 ocupações na área delimitada para os índios onde constatou-se que em 161 delas os ocupantes não moravam no imóvel (o que quer dizer que esses ocupantes não vivem exclusivamente do imóvel ou têm uma outra fonte de renda). E que 256 ocupações foram estabelecidas entre os anos de 1979 e 1989 (após, portanto, a primeira portaria de delimitação, portanto) e destas ainda um total de 96 foram efetivadas somente nos anos de 1988 e 1989. Portanto, quase 50% das ocupações

foram estabelecidas depois do início da ação judicial (o que caracteriza a má-fé destes ocupantes).

Os dados levantados também apontam para o tipo de manipulação que as elites políticas de Montes Altos e Sítio Novo têm exercido, abusando da ingenuidade e falta de informações de muitos ocupantes pobres: ao sentirem que o resultado da ação judicial que propuseram lhes seria desfavorável, eles começaram a distribuir “lotes” em trechos da área indígena (principalmente no Quiosque), tentando criar de fato um “problema social” (a realocação de um grande número de famílias de pobres trabalhadores).

Essas mesmas elites políticas têm argumentado que a demarcação das terras dos Krikati vai inviabilizar o “*crescimento econômico dos municípios de Montes Altos e Sítio Novo*”. Tomando como exemplo a demarcação da área Apinajé (também invadida por em semelhante de pessoas e estabelecimentos), as elites políticas locais de Tocantinópolis brandiram por longo tempo os mesmos argumentos. Mas a demarcação foi efetivada, os moradores não indígenas retirados e indenizados, e nem por isso o município deixou de progredir economicamente. Ao contrário, registrou índices significativos de crescimento, até porque a demarcação forçou uma mudança de qualidade dos estabelecimentos agropecuários, que passaram de extensivos e com claras finalidades especulativas, para intensivos e produtivos. E o número de ocupações ali eram de 641, para uma dimensão semelhante da Área Indígena no total do município.

A delimitação da área indígena Krikati obedeceu a todos os preceitos administrativos necessários e foi realizada de acordo com a legislação em vigor. O período de 1992 à 1997, é marcado pelas várias tentativas infrutíferas por parte da FUNAI para a demarcação da área. Em fevereiro de 1997 os Krikati, cansados de esperar pela ação governamental, acabaram por colocar fogo em uma torre de alta tensão da ELETRONORTE situada no interior da área. Em decorrência deste episódio houve uma pressão da Eletronorte e do Governo do Maranhão para que se resolvesse a questão da demarcação da área Krikati. A Procuradoria Geral da República, por solicitação do CTI e dos próprios índios, entra com um mandado contra a FUNAI obrigando-a a demarcar fisicamente a área delimitada pela portaria ministerial 328 de julho de 1992.

As posições governamentais são ambíguas. O discurso público é o da demarcação, mas efetivamente há toda uma pressão para que os Krikati concordem em reduzir a área delimitada, abrindo mão da região do ribeirão Arraias. As condições para a demarcação física são precárias, e esta somente se efetiva pelo empenho dos Krikati que receberam apoio dos Apinajé e de funcionários da FUNAI local.

Assistência

Os Krikati estão subordinados à FUNAI através da Administração Regional de Araguaína (TO). Até 1995 estavam vinculados à Administração Regional de Imperatriz (MA), entretanto, por desavenças com esta Administração devido ao que consideravam seu pouco empenho em relação a demarcação de seu território, conseguiram a transferência administrativa para Araguaína.

Reduzidos a uma única aldeia, por força da invasão de seu território e da situação de tensão subsequente, os Krikati enfrentam graves problemas em relação a devastação de seu território com a escassez de água, caça e as frutas silvestres. Em 1974 foi instalado um posto indígena da FUNAI junto à aldeia São José, acabando por atrair, com a promessa de uma assistência mais digna, os grupos familiares que ocupavam ainda porções distintas do território Krikati.

Beneficiários do Convênio CVRD/ FUNAI os Krikati tiveram entre 1982 e 1991 vários recursos em sua aldeia (caminhão, trator, garagem, açude, banheiros, etc.) que não contribuíram para uma melhoria efetiva em sua qualidade de vida. O mesmo aconteceu em relação aos “benefícios” do convênio ELETRONORTE/ FUNAI, que continuam até hoje de forma pontual e assistemática.

A aldeia São José conta com uma única escola, com 118 alunos (FUNAI) e uma professora não-índia contratada pela FUNAI. Segundo relatórios do CTI, há uma professora indígena que recebe seus vencimentos pelo município responsável pelas aulas de alfabetização na língua juntamente com uma missionária evangélica. Os Krikati contavam com uma casa de apoio para os estudantes na cidade de Montes Altos, distante

da aldeia apenas 1 hora, mas que recentemente foi desativada devido à tensão nas relações entre os índios e os regionais devido à demarcação do território Krikati.

Uma atendente de enfermagem da FUNAI presta os serviços de saúde primária; os casos mais graves são encaminhados para Imperatriz ou Araguaína.

Terra Indígena Apinajé

Nome

Os Apinajé estão classificados como Timbiras Ocidentais e pertencem ao tronco lingüístico Jê. Apinayé ou Apinajé não é autodenominação do grupo, porém é atualmente a forma com os quais se designam e são designados pelos demais grupos Timbira e por seus vizinhos regionais. No vocábulo Timbira Oriental, o sufixo yê/jê assinala coletividade.

Curt Nimuendajú fornece outras designações para o grupo, todas elas derivadas do termo *hôt - hôto* entre os Timbira Orientais, que significa “canto” e se refere ao território tradicional dos Apinajé localizado no “canto” formado pelo Araguaia e Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio.

Localização

Os Apinajé nunca deixaram de habitar a região compreendida pela confluência Araguaia/Tocantins e cujo limite meridional era dado, até o início deste século, pelas bacias dos rios Mosquito (no divisor de águas do Tocantins) e São Bento (no Araguaia). Atualmente a Área Indígena Apinajé está localizada nos municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, no extremo norte do Estado do Tocantins. A área Apinajé sofre o impacto das rodovias Transamazônica e TO-291 e é cortada ainda por outra rodovia estadual, a TO126, que liga Tocantinópolis a Itaguatins.

População

As referências históricas apontam o seguinte quadro populacional:

data	fonte	número de índios
século XIX	Cunha Matos	4.200
1859	Ferreira Gomes	2.000
1897	Coudreau	400
1926	Snethlage	150
1928	Nimuendajú	150

Esses dados mostram que em menos de 60 anos os Apinajé tiveram sua população reduzida em mais de 90%. A partir de meados deste século a população se estabiliza e inicia um rápido processo de recuperação demográfica, como aponta os seguintes dados:

data	fonte	número de índios
1967	Matta	253
1977	Waller	364
1980	Galvão	413
1985	FUNAI	565
1993	CTI	780
1997	FUNAI	1.025

A população Apinajé atual, segundo censo da FUNAI (ADR/Araguaína1997) é de 1.025 pessoas distribuídas pelas seguintes faixas etárias:

	F	M
1-5	155	208
6-9	60	69
10-14	70	48
15-19	45	60
20-29	70	57
30-39	43	33
40-49	27	19
50-59	17	04
60-69	04	08
70-79	08	06

+ 80

06

06

Histórico do Contato

Os primeiros “civilizados” a alcançar o território ocupado pelos Apinajé foram jesuítas que, entre 1633 e 1658, empreenderam 4 entradas Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará. A medida que os caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo abertos, os contatos com os grupos indígenas que habitavam esta região foram-se tornando mais constantes e as referências aos Apinajé cada vez mais precisas.

Os rios Araguaia e Tocantins tiveram várias expedições coloniais a percorrer suas águas no primeiro quartel do século XVIII, vindas não apenas do sul, mas também do Maranhão e Pará, que disputavam a posse da rica região aurífera recentemente descoberta pelos bandeirantes de S. Paulo no sul de Goiás. Até o final do século XVIII os Apinajé entraram diversas vezes em contato hostil com os “civilizados”, empreendendo correrias pelo Tocantins para apoderarem-se de ferramentas.

Em consequência dessas correrias foi fundado, em 1780, o posto militar de Alcobaça, que apesar de suas 6 peças de artilharia foi abandonado devido as incursões dos Apinajé. E, em 1791, foi fundado outro posto militar no rio Arapary. Em 1797 foi fundado o posto São João das Duas Barras, atual São João do Araguaia. Esse fato marcou a entrada dos Apinajé em contato permanente com a sociedade nacional.

Entretanto as relações entre a guarnição do posto e os índios continuaram conflituosas. Em 1810 foi fundada, por um comerciante, a localidade de S. Pedro de Alcântara, que estabelecendo relações amistosas com os vizinhos Krahô, utilizaram-se deles para atacar outros grupos indígenas. Em 1826, foi fundado, no próprio território então ocupado pelos Apinajé, o primeiro povoado, Santo Antônio, logo abaixo da cachoeira das Três Barras. Possuíam então os Apinajé 5 aldeias. Em 1816 este vilarejo foi incorporado ao

arraial de São Pedro de Alcântara, formando então a cidade de Carolina, na margem maranhense do Tocantins.

Em 1824, o arraial de Carolina contava com uma população de 81 “brancos” e cerca de 120 a 150 “Apinagés”. Neste mesmo ano, Cunha Mattos, localizou os Apinajé em 4 aldeias com uma população aproximada de 4200 índios. Em 1831 seria fundada Boa Vista, que se tornaria a atual Tocantinópolis, reunindo uma pequena população nordestina, provavelmente constituída por elementos refugiados dos freqüentes conflitos entre chefes políticos nordestinos. Na verdade, a referência nas fontes históricas nos remete a descrição de Boa Vista como “uma capela cujos habitantes são índios Apinajés e *Caraous* (Krahô), além de uns facínoras piauienses ali abrigados”.

Em 1840, é fundada por Frei Vito uma missão em uma das aldeias Apinajé, estendendo sua influência a outras três, atingindo um total de cerca de 3 mil índios. A tradição oral do Apinajé não guarda lembrança deste aldeamento, fazendo menção a fundação de Boa Vista apenas a partir da chegada de Frei Gil Vilanova, em finais do século passado.

Em 1850, já navegavam pelo Tocantins de maneira regular 31 embarcações comerciais, empregando quase quinhentas pessoas a seu serviço, ao passo que a navegação no Araguaia continuava fortemente dependente de auxílio governamental. Mas ainda na segunda metade do século XIX a população Apinajé era numericamente expressiva sendo revelada pelos vários relatórios oficiais de negócios da Província de então. Em 1851, o aldeamento de Bôa Vista era calculado como tendo 2822 índios. Em 1877 novo relatório provincial informava uma população de 1564 Apinajés, justificando o decréscimo populacional relatando uma epidemia de sarampo.

Em fins do século , a ocupação da região dos Apinajé adquiriu caráter mais sistemático, iniciando a história dos conflitos pela posse da terra no local. As conseqüências desta ocupação foram arrasadoras: ao mesmo tempo em que a população “branca” aumentava, os índios sofreram uma diminuição drástica em seu contingente populacional. Em 1897, Coudreau estimou a população Apinajé em 400 pessoas e na virada do século Buscalioni, em expedição a Goiás, visita os Apinajé da aldeia de S. Vicente e calcula sua população em cerca de 150 indivíduos. Assim os Apinajé, que até então haviam sido o

grupo humano mais expressivo da região, conhecida como “bico do papagaio” ou “triângulo do Tocantins”, ingressam no novo século como uma minoria inexpressiva frente aos ocupantes regionais em pleno processo de ocupação fundiária.

Nos primeiros anos do século, a região do ‘Bico do Papagaio’ foi alcançada por uma frente extrativista de babaçu, que veio se juntar à pecuária como uma das principais atividades econômicas. Nesta região, diferentemente do que ocorria nas zonas de extração de borracha e castanha, pouco mais ao norte, nenhuma atividade econômica adquiriu hegemonia sobre as outras. A pecuária perdeu a força quando a frente de expansão nordestina atravessou o Tocantins, devido às dificuldades de transporte do gado para os mercados consumidores do nordeste.

O babaçu, de menor preço e não sofrendo com as variações do mercado internacional, como a borracha e a castanha, jamais chegou a envolver o conjunto da população do município. Assim o povoamento do território Apinajé ocorreu de maneira relativamente constante durante o século XX, sem bruscas mudanças econômico e sociais. Essa situação foi essencial para a sobrevivência dos Apinajé, ainda que com a população grandemente diminuída nos últimos anos do século XIX.

Entre 1928 e 1937, Nimuendajú visitou várias vezes os Apinajé apresentando um relato bastante pessimista da situação fundiária de então no território indígena:

“...de seu antigo território, dificilmente uma parte sequer dele está em posse da tribo, pois os colonos neo-brasileiros estão espalhados por todo o seu habitat hereditário, ainda que esparsamente. Até cerca de 20 anos atrás, não ocorrera a nenhum Apinajé suspeitar que isso representasse algum perigo para seu próprio futuro. Pelo contrário, eles aceitaram de bom grado, por seu valor aparente, os protestos de amizade dos intrusos, e quando abriram seus olhos já era muito tarde.....todo o seu território tem agora senhores estranhos, e o pouco que sobrou corre perigo de ser apropriado algum dia por algum fazendeiro suficientemente poderoso e sem escrúpulos.”

A possibilidade de uma certa convivência entre os Apinajés e regionais era dada pela própria forma de ocupação da região pela sociedade nacional: uma população dispersa,

vivendo basicamente da agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte e extração, em pequena escala, de algum babaçu. Esta população pôde manter relações personalizadas com os Apinajé, como, por exemplo, as relações de compadrio, comum nas zonas camponesas do país. Este tipo de relação nunca foi possível, por exemplo, em zonas de extração de castanha-do-Pará e de borracha, onde a organização do trabalho no regime de barracão impediu qualquer contato individualizado com os índios.

Esta era, praticamente, a natureza da ocupação do território Apinajé por não-índios até a década de 1940, excetuando-se o limite leste (território do subgrupo *Krindjobrêire* e atual município de Nazaré), ocupado por criadores de gado. Até 1940 são constantes também os registros de epidemias (sarampo, febre, varicela) que dizimaram em muito a população Apinajé, a ponto de uma de suas aldeias, a última em águas do Araguaia, ter sido praticamente dizimada tendo os poucos sobreviventes buscado refúgio junto aos Apinajé da atual aldeia S. José (antiga Bacaba). Este subgrupo Apinajé (*Rõrkôjoirê*) só voltaram a ocupar esta região, a do Cocal, na década de 1980.

Por volta de 1944 o SPI instala na aldeia *São José* (ainda Bacaba) um posto de Assistência como forma de mediar estes conflitos. Sem dúvida a criação do Posto do SPI auxiliou a recuperação demográfica do grupo, já iniciada na década de 1930. Apesar de não conseguir evitar novas invasões e nem buscar alternativas judiciais, o SPI institucionalizaria a prática do “arrendamento” como meio de demonstrar aos regionais que “habitavam em terra alheia”. No final do anos 50 estes arrendamentos deixariam de ser cobrados e muitos dos antigos posseiros acabaram por “vender” suas posses.

As terras devolutas começaram a escassear entre as décadas de 1940/ 1950, quando Goiás sofreu grande incremento populacional, originário de Minas Gerais, do Maranhão e Piauí. A disponibilidade de terras caiu muito, o que foi incentivado nos anos que se seguiram pela abertura da rodovia Belém-Brasília e posteriormente a Transamazônica, valorizando as terras da região. A conseqüência direta foi a concentração das terras nas mãos de novos proprietários, processo que recebeu maior impulso com a criação do financiamento bancário para atividades agrícolas e pecuárias. No interior do território

Apinajé, estes pretensos proprietários eram desalojados destas, sendo pouco os que lá permaneceram, como agregados dos novos ‘donos’.

Diferente dos primeiros ocupantes, que reconheciam os Apinajé como detentores legítimos de seu território, os “novos proprietários” negavam o *status* indígena da terra, acirrando-se os conflitos entre índios e “brancos”.

Situação Atual da terra

A Área Indígena Apinajé encontra-se **demarcada e com registro no CRI e SPU** (Dec. 90969 de 14/02/85 /DOU 15/02/85. Reg CRI de Tocantinópolis. Matr 957 Liv 2-C Fl 63 em 07/11/86 .Reg SPU GO 382, 2-TO em 15/03/89). Os Apinajé reivindicam a ampliação da área, tendo a FUNAI através da portaria 429 de 27/04/94, instituído grupo de trabalho que **identifica a área indígena Apinajé II**, em trâmites dentro do órgão indigenista para levantamento fundiário.

extensão: 141.904 ha

municípios: Tocantinópolis, São Bento e Itaguatins

A área de ocupação tradicional Apinajé vem sendo invadida desde a primeira metade deste século. Em 1940 o SPI instala um posto entre esses índios com a justificativa de exercer um melhor controle dos invasores e mediar os conflitos entre índios e civilizados. Desde então e até 1975, sucedem-se os ofícios de agentes do SPI e posteriormente da FUNAI narrando episódios de conflitos e pedindo a demarcação da área Apinajé. Entre 1975 a 1982 são instituídos pela FUNAI vários GT para delimitação da área Apinajé tendo sido iniciado, em 1979, o processo de demarcação física da área, que teve de ser suspenso por imposição dos índios que discordavam dos limites que lhes estavam sendo impostos.

Os Apinajé tiveram parte de suas terras reconhecidas pelo Estado brasileiro em fevereiro de 1985, após terem interrompido o tráfego da Transamazônica e terem iniciado “por conta própria” com o apoio de guerreiros Krahô, Xerente, Xavante e alguns Kayapó, a demarcação de seu território.

Por ocasião da luta pela demarcação física, esta área estava ocupada por 641 invasões, com um total aproximado de 5 mil pessoas, cujos ocupantes foram indenizados por suas benfeitorias com recursos do Convênio CVRD/FUNAI e intimados a deixar a área demarcada. Somente não foram indenizadas as famílias que residiam no limite norte da área, a região do ribeirão *Pecobo*, onde a FUNAI não havia realizado o levantamento fundiário necessário para o cálculo das indenizações.

Somente agora, em abril de 1997, doze anos após a demarcação física da área, a FUNAI, através da Resolução 44, reconhece como de boa-fé os ocupantes não-índios da região acima do Pecobo, responsabilizando-se pelo pagamento de suas benfeitorias, procedimento necessário para a extrusão desta parcela do território. Em junho de 97 a FUNAI, através da DAF (Departamento de Assuntos Fundiários) iniciou o pagamento destas indenizações. Segundo dados da ADR de Araguaína, foram indenizadas cerca de 30% das famílias a serem retiradas.

Contudo, a área demarcada em 1985 pelo decreto nº 95.960, não era aquela pleiteada pelos índios, não tendo sido incorporado em seus limites, uma porção de seu território, nos limites sul/sudeste: as áreas dos rios Mumbuca e Gameleira, férteis e vitais para a reprodução dos habitantes da maior das aldeias Apinajé, a aldeia São José., que vinha sendo exigido desde a primeira proposta de delimitação feita pela FUNAI em 1979. Na ocasião os Apinajé interrompem a demarcação que estabelecia uma área de 85.000 ha, exigindo que estas suas terras, na beira do córrego Gameleira até o ribeirão Cruz fossem incorporadas a área que estava sendo demarcada. Assim, em 1980, a FUNAI propõe uma área de 102.000 ha, acrescentando justamente esta faixa de terras férteis ao longo do Gameleira. Entretanto esta área só seria encaminhada para apreciação do GETAT, em abril de 1983. Durante este período foram inúmeras as pressões para que os Apinajé da aldeia São José abandonassem este pleito se retirando mais para o interior da área. A proposta de 1985 encaminhada pela FUNAI para decisão do MEAF (Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários) incluía esta parcela do território tradicional dos Apinajé. Entretanto a FUNAI foi voto vencido e esta área não foi incluída na área do decreto.

Os Apinajé desta aldeia são os que mais sofreram reduções sistemáticas em seu território, desde o início deste século, com a expansão da vila de Tocantinópolis e, na década de 70, com a construção da Transamazônica e da rodovia Belém-Brasília. Desde o dia posterior à edição do decreto de demarcação, em 1985, o pessoal da aldeia São José vêm demonstrando seu inconformismo em relação às parcelas perdidas de seu território.

Assim, após a demarcação, ainda em 1985, a FUNAI enviou dois Grupos de Trabalho para a redefinição dos limites da AI Apinajé, sem entretanto, dar continuidade ao processo. A partir de 1986, alegando que o decreto nº 94.945 impedia a redefinição dos limites de qualquer Área Indígena enquanto todas as demais áreas indígenas já aprovadas no país não estivessem regularizadas, a FUNAI deixa de considerar o pleito dos Apinajé. A partir de 1991, quando da assinatura do decreto presidencial nº 22 (que altera os procedimentos e as normas para a regularização das áreas indígenas do país), os Apinajé, com o apoio do CTI, pressionam a FUNAI para reabrir a questão, conseguindo que a Comissão Especial de Análise considerasse pertinente o estudo do seu caso.

Em 27 de abril de 1994 a FUNAI assinaria a Portaria nº 0429/94, criando o Grupo Técnico de Revisão da Área Indígena Apinajé. O GT instituído inclui parte desta área reivindicada pelos Apinajé, criando a proposta de área, denominada nos processos internos da FUNAI como T.I. Apinajé II. O processo encontra-se, no momento aguardando a realização do levantamento fundiário na área a ser acrescida como condição para seu encaminhamento para a decisão do Ministro da Justiça.

Este levantamento fundiário era para ter sido realizado pelo GT, entretanto os trabalhos do GT na Área Indígena foram prejudicados por políticos e lideranças expressivas da região, através de práticas intimidatórias e boatos alarmistas veiculados quotidianamente. O relatório final do GT aponta : “o levantamento fundiário da área proposta (Apinajé II) não pode ser realizado devido às ações do Prefeito de Tocantinópolis e do Deputado Federal Fabian Gomes de Souza, que mobilizaram a população local não-indígena contra os trabalhos do Grupo, com o objetivo de impedir sua conclusão. Tendo sua segurança física ameaçada, os membros do Grupo de Trabalho

encarregados de realizar o levantamento fundiário se viram impedidos de entrar nas fazendas e sítios instalados no local...” .

E o coordenador do GT prossegue: “(foram encaminhados) ainda reiterados ofícios do Coordenador do Grupo ao INCRA e ao INTERTINS, solicitando informações sobre a ocupação fundiária nas glebas de ambos os órgãos confrontantes com a Área Indígena....não tiveram resposta.... O mesmo ocorreu com ofícios da Câmara de Direitos Indígenas e das Minorias do Ministério Público Federal ao INCRA, expedidos com a mesma finalidade e que igualmente não mereceram resposta por parte deste órgão federal”.

E concluindo afirma que “..**não há portanto, dados referentes à ocupação não indígena na área proposta.** No entanto, ao percorrer o local munido de um mapa com dados de 1984, a respeito da localização dos ocupantes não indígenas na área que permaneceu fora da demarcação então realizada, o Coordenador do GT pode constatar que **o número de ocupantes não indígenas parece antes ter diminuído**, não sendo localizadas muitas das habitações constantes do mapa como pertencentes a posseiros.... Há portanto a possibilidade de que a questão social criada com a evacuação dos posseiros não-indígenas da área a ser demarcada (Apinajé II) seja comparativamente menor, hoje, que teria sido em 1984, quando esta mesma área, constante da proposta da FUNAI e dos índios, foi excluída da demarcação pelo Grupo Interministerial.” (cf: FUNAI, Relatório de Identificação Apinajé II).²

Em resumo, durante o tumultuado processo de delimitação e demarcação da área Apinajé em 1985, o MIRAD (órgão então responsável pelo reconhecimento das áreas indígenas) acabaria por decretar uma área de 142.000 hectares, alterando a proposta encaminhada pela FUNAI, retirando áreas importantes situadas nos ribeirões do Gameleira, Mumbuca

² Vale lembrar que este mesmo clima de tensão chegou a níveis absurdos quando da demarcação em 1985, e mesmo logo após a conclusão da mesma, culminando no assassinato de um jovem Apinajé, Valdemar, e no ferimento a bala de três velhos Apinajé, inclusive Vicente (pai de Valdemar) e o ex-capitão, Romão. A chacina, provocada por ordem do Delegado de Polícia de Tocantinópolis, aconteceu dentro da própria Delegacia de Polícia e não resultou em nenhuma punição.

e Cruz; ao mesmo tempo que incluía uma porção no limite norte, a região acima do ribeirão Pecobo, que apesar de ter sido ocupado pelos Apinajé ainda no início deste século, não estava sendo considerado como vital para a reprodução sociocultural dos Apinajé.

Esta alteração - e que a proposta encaminhada pela FUNAI como Terra Indígena Apinajé 2 tenta corrigir - demonstra o profundo desconhecimento que as instâncias governamentais tem da relação dos índios com o território que habitam. Esta faixa de terras, considerada agora novamente pela FUNAI, é vital para os Apinajé de São José em particular e para os demais em geral, principalmente àquelas aldeias originárias de cisões recentes (Patizal e Cocalinho).

Assistência

Os dois Postos Indígenas mantidos pela FUNAI nesta área (Apinajé e São José) estão jurisdicionados à ADR de Araguaína (TO). O **PIN São José** atende à aldeia do mesmo nome (a maior aldeia Apinajé e sede do PIN), além das aldeias Patizal e Cocalinho. Estas aldeias estão situadas a leste da área indígena. Um chefe de posto da FUNAI coordena os trabalhos de assistência nestas três aldeias. O **PIN Apinajé** atende as aldeias de Mariazinha (sede), Riachinho, Bonito e Botica, todas situadas à oeste da área. Quando da demarcação da área, em 1985, existiam 2 aldeias, São José e Mariazinha. Após a demarcação, a aldeia São José cindiu-se, dando origem a outras duas, Cocalinho e Patizal; a aldeia Mariazinha por sua vez deu origem as outras três aldeias (Bonito, Riachinho e Botica).

Beneficiários do Convênio CVRD/FUNAI, os Apinajé receberam no período de abrangência do Convênio, 1982 a 1991, vários recursos (trator de esteira, caminhões, garagens, banheiros, etc.) que em nada contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos índios.

No caso específico dos Apinajé, foi criado o Posto Indígena de Vigilância “Veredão” situado no limite norte, na beira da BR-230, no local onde esta estrada atravessa a área indígena, como forma de fiscalizar a entrada dos veículos e impedir assentamentos na

beira da estrada. Este Posto tem também a atribuição de impedir a prática de atividades predatórias (desde a retirada de madeira, de folha de jaborandi, da caça e pesca) ilegais na área Apinajé. O Posto conta com a assistência de um motorista e um chefe de posto. Há uma casa sede e uma *toyota* nova adquiridas com recursos da própria FUNAI .

Atualmente na área Apinajé existem 7 escolas, uma para cada aldeia, com uma população estudantil de 294 alunos (dados FUNAI). A situação dos professores e da escola varia de aldeia para aldeia. Na aldeia S. José, a mais populosa e tradicional das aldeias Apinajé, existem ,por exemplo 4 professores, dois deles indígenas contratados pela prefeitura e SEDUC, uma professora da FUNAI e uma missionária das Novas Tribos. Nas demais aldeias, menores, como Patizal e Cocalinho há somente professores indígenas, alguns com contratos assinados com as prefeituras locais e outros com o estado. Há professora da FUNAI também na aldeia da Mariazinha. Os poucos alunos mais adiantados estudam na cidade de Tocantinópolis, próxima a área. A situação dos prédios escolares, acesso a materiais escolares, merenda etc., varia em cada aldeia segundo a sua proximidade a cidade, a mobilização de seus professores e lideranças e a boa vontade dos organismos responsáveis.

- **Aldeias jurisdicionadas ao PIN Apinajé:**

Aldeia S. José

população: 472 pessoas

município: Tocantinópolis.

Com recursos da CVRD foram construídos na aldeia **São José**, a casa-sede do **PIN**, enfermaria , casa de farinha, além de um galpão para maquinário. O prédio da escola foi construído com recursos da própria FUNAI há mais de 15 anos e necessita de ampliação para atender a demanda dos alunos. Com recursos do Convênio CVRD/FUNAI foram adquiridos um trator, tipo “jerico”, um caminhão e uma caminhonete D20, bens que já sofreram vários reparos com recursos da FUNAI. Esta aldeia possui luz elétrica.

Além do chefe do posto a FUNAI mantém ainda nesta aldeia uma professora e um motorista, os serviços de atendente de enfermagem são realizados por uma voluntária que se encontra desde o início dos anos 80 nesta aldeia. O Estado do Tocantins responsabiliza-se pelo pagamento de um monitor de saúde indígena e por uma monitora bilíngüe. O CTI (Centro de Trabalho Indigenista), entidade não governamental se responsabiliza pela remuneração de um professor indígena, a Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis pela remuneração de outro professor indígena e a Missão Brasileira, dissidência da Missão Novas Tribos do Brasil, fundamentalistas americanos, pela remuneração de mais 2 monitores indígenas e 3 missionários . Estão matriculados 132 alunos de 1a a 4a. séries do 1o. grau. Entretanto o índice de evasão e repetência é grande sendo expressivo o número de apenas 4 alunos cursando a quarta série.

Aldeia Patizal

população: 73 pessoas

município: Tocantinópolis.

A aldeia Patizal conta com uma escola, construída em 1995 com recursos do Estado do Tocantins e com dois monitores indígenas remunerados pelo Estado para alfabetização das crianças. A escola conta com um total de 21 crianças matriculadas. Esta aldeia não conta com nenhum servidor na área de saúde. O acesso a esta aldeia só pode ser dado através do tratar, já que os outros veículos do PIN S. José, não possuem tração, o que dificulta ainda mais a remoção de doentes.

Aldeia Cocalinho

população : 53 pessoas

município : S. Bento

A aldeia Cocalinho conta uma enfermaria (Estado) e um prédio escolar simples construído com recursos da FUNAI. A assistência na área de saúde fica a cargo de um

monitor indígena, remunerado pelo Estado e a educação por conta de duas missionárias da Missão Brasileira. Existem 16 alunos matriculados.

Esta aldeia situado no limite noroeste da área, fica muito distante da sede do PIN S. José, e não conta com nenhum veículo para remoção de doentes ou para quaisquer outras atividades. Em casos de emergência solicitam apoio do PIV Veredão.

- **Aldeias jurisdicionadas ao PIN Apinajé**

Aldeia Mariazinha

população: 169 pessoas

município: Tocantinópolis

Esta aldeia, sede do PIN Apinajé, conta com edificações de alvenaria, que levantadas pela FUNAI foram acrescidas quando do Convênio CVRD-FUNAI. Além da sede do PIN, situada a 1km de distância da aldeia, com casa de chefe de posto e escritório, existe na aldeia uma enfermaria com casa para atendente, escola e casa do professor, um imenso galpão onde funcionava a antiga Cantina, movida com a renda do babaçu, uma garagem, uma casa “estilo indígena” para reunião e para que assistam televisão, casa de farinha, banheiros comunitários etc. Entretanto quase todas estas construções encontram-se em condições precárias. Esta aldeia possui luz elétrica.

A demarcação da Terra Apinajé, em 1985, com a retirada dos moradores não índios, aliada ao final dos recursos do Convênio CVRD/FUNAI, desmontou a estrutura empresarial desta aldeia, ocasionando o processo de cisão que veio a formar as aldeias de Botica, Bonito e Riachinho. No momento os moradores desta aldeia pensam em mudar o lugar da aldeia, sem se distanciarem muito, entretanto, dos “bens” adquiridos pelo Convênio e FUNAI.

A aldeia conta com o apoio de um caminhão e uma caminhonete, D20, adquiridos ainda na época do Convênio. Há ainda um trator de esteira e uma colheteira (em desuso) e

um trator pequeno que encontra-se em conserto pela Prefeitura. Em princípio estes veículos atendem as 4 aldeias.

A FUNAI mantém um chefe de posto, uma atendente de enfermagem, e uma professora. A Secretaria de Educação do Estado se responsabiliza pela remuneração de uma monitora bilíngüe e a Missão Novas Tribos pela atuação de 2 missionárias como professoras. A escola conta com 50 alunos matriculados.

Aldeia Riachinho

população: 102 pessoas

município: Tocantinópolis

A única infra-estrutura nesta aldeia é um prédio novo, construído pela Secretaria de Educação do Estado que se responsabiliza pela remuneração de 2 monitores bilíngües. Há uma população estudantil de 41 crianças. O atendimento de saúde é realizado pela aldeia Mariazinha, não contando a aldeia de Riachinho com nenhum servidor na área de saúde. Nesta aldeia há um significativo número de casamentos de Apinajé com regionais.

Aldeia Botica

população: 61 pessoas

município: Maurilândia

Nesta aldeia também a única infra-estrutura é o prédio da escola construído pela Secretaria de Educação do Estado que se responsabiliza pela remuneração de 1 monitor bilíngüe e de um monitor de saúde. A Secretaria de Educação do município de Maurilândia é responsável pelo pagamento de um professor. Existem 31 alunos matriculados.

Aldeia Bonito

população: 95 pessoas

município: Tocantinópolis.

Esta aldeia conta apenas com uma construção, mais simples, de meia parede com um depósito fechado para o funcionamento da escola, construído com recursos repassados pelo estado para a FUNAI e complementados por ela. A Secretaria de Educação do Estado arca com o pagamento de um monitor bilíngüe, que acaba por se responsabilizar pelo restante do processo escolar. Há 41 alunos matriculados. Não há nenhum servidor na área de saúde.

Timbira: Modo de Vida e Uso dos Recursos Naturais³

Organização Social e Meio Ambiente

Os cerrados do Brasil Central, muito tempo antes da colonização portuguesa, constituem-se no habitat privilegiado de um grande conjunto de sociedades indígenas chamadas, pela literatura etnológica, Jê. Os Kaiapó, os Bororo, os Karajá, os Timbira e os Akwen (Xavante e Xerente) dominavam uma vasta extensão destes cerrados, que ia do norte de São Paulo, sul de Minas ao sul do Maranhão/sudeste do Piauí e do oeste da Bahia ao leste do Mato Grosso.

³ Os Timbira caracterizam-se pelo seu tradicionalismo ou “conservantismo” cultural. Apesar dos 150 anos de contato, continuam mantendo a língua como um sistema vivo e operante, a sua organização social e política, a circularidade de suas aldeias e a profusão de seus rituais. As descrições sobre a morfologia social e o modo de vida aqui consignadas, são válidas ou se aplicam, *grosso modo*, para os Krahô, Krikati e Apinajé (as diferenças são “dialetais” digamos assim) - o que nos livra de trazer para o escopo deste trabalho sutilezas comparativas que só interessam aos especialistas.

Estas sociedades têm em comum uma sofisticada organização social (com vários sistemas de metades cerimoniais e grupos rituais - sem paralelo no contexto das sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul), aldeias relativamente populosas e de serem predominantemente caçadores-coletores, praticando - antigamente mais do que hoje - apenas uma horticultura centrada em tubérculos.

A adaptação destas sociedades ao ambiente dos cerrados atingiu um tal requinte que impressionou os primeiros estudiosos europeus, que, perplexos, indagavam como seria possível se constituírem, sobre uma base material tão pobre (isto é, sem cerâmica, sem agricultura desenvolvida, sem tecelagem), sociedades requintadas, demograficamente importantes e, sobretudo, expansionistas. De fato, antes do contato dizimador com os europeus - que se inicia no final do século XVII - estas sociedades possuíam aldeias circulares ou semicirculares com 2 mil a 3 mil pessoas.

A região dos cerrados, com seus amplos horizontes - que lhes permite uma movimentação fácil (todos os Jê são andarilhos e corredores) e a possibilidade de explorarem, simultaneamente, as várias fisionomias vegetais que caracterizam o cerrado (matas de galeria, cerradões, campos, etc.) sedimentou nos Jê o que se chama de “cultura de cerrado”.

Mesmo quando compelidos a viverem em outros nichos ecológicos (como os Kayapó ou os Gavião Paracatejê do Pará), os Jê fazem esforços para recompor de algum modo seu antigo *habitat* (as matas de *apêt* dos Kayapó - “cerrados” cultivados e manejados por eles - ou os “caminhos de corrida de tora” abertos na floresta de terra firme pelos Paracatejê do Pará). Os Jê estão extremamente adaptados aos cerrados e em função disto acredita-se que ocupam a região há pelo menos três mil anos.

Os **Krahô** - como os dois grupos Canela do Maranhão - continuam mantendo seus padrões socioculturais sem muitos problemas. O isolamento relativo da área - e sua distância em relação aos pólos mais dinâmicos e modernos da região - contribuiu (e contribui ainda) para este fato. Cerca de 85% do território da área Krahô é constituído de cerrado típico, onde os índios caçam, coletam, plantam roças de subsistência nas matas de galeria ou de encostas, onde cultivam em pequena escala o arroz, feijão

“trepa-pau”, fava, mandioca, batata-doce, inhames, guandu, abóbora, melancia, mamão e banana. As aldeias Krahô mais populosas estão próximas de Itacajá e enfrentam graves problemas de subsistência por falta de caça e dificuldades na recuperação das capoeiras para roça.

Até a década de 1940, os **Apinajé** mantinham, com rigor, seu sistema ritual operante - e com ele toda a estrutura social e cultural que os aproximavam e afastavam, ao mesmo tempo, dos demais Timbira. As fotografias tiradas por Curt Nimuendajú - o “pai” da etnologia científica brasileira - entre estes índios, nos anos 1930, são chocantes: os homens ainda nus, toras de corrida espalhadas por todos os cantos da aldeia (a marca da intensidade da vida ritual), o rigor dos enfeites e adereços usados pelos rapazes e “donzelas associadas” nos flagrantes dos rituais de iniciação tomados por Nimuendajú, tudo isso causa espanto, admiração e uma certa inveja nos Timbira que hoje revêm estas fotos. A depopulação drástica que sofreram, aliada ao engajamento imposto pelo SPI e posteriormente FUNAI nas atividades produtivas de coleta e quebra de coco, vieram a interferir neste quadro, contribuindo para a determinação de um outro horizonte de futuro que o “continuar sendo índio” e no conseqüente abandono do calendário ritual como norteador das atividades econômicas. Atualmente, depois da área demarcada e de uma re-aproximação mais intensa com os demais grupos Timbira, acentuada pela participação na Associação *Vyty-Cati*, os Apinajé vem retomando com maior empenho alguns de seus rituais.

Os **Krikati**, por força da invasão de suas terras por mais de 500 famílias de “posseiros”, dispõem de poucos recursos do seu ambiente. Por conta desta situação - e por imposição de uma política equivocada da FUNAI - estão residindo desde o início dos anos 1970, numa única aldeia. A convivência forçada entre subgrupos autônomos é a causa da instabilidade política permanente que se verifica entre eles (cujo reflexo imediato são as constantes trocas de chefes) que, somada a situação de tensão advinda da indefinição sobre a demarcação de seu território, favorecem o clima de “fuxico” permanente em que vive a aldeia São José. Mas a presença de muitos velhos, por outro lado, propicia as constantes “festas” em vive a aldeia, aliviando um pouco o clima de tensão ali reinante.

Chefia e Representação Política

Uma aldeia *Timbira* se constitui em um “grupo local” autônomo, isto é, que age politicamente e se apresenta frente as outras aldeias como *unidade*. Esta autonomia é gerada em e por um processo de cisão que leva algumas famílias a se desligarem da aldeia-mãe, por razões diversas (em geral, por acusações de feitiçaria ou por fuxico das mulheres). Mas esta autonomia só se completa quando o novo grupo tem condições reais de realizar *sem concurso das demais aldeias*, os rituais mais importantes do ciclo anual (ver *infra*, p.). Esta unidade do grupo local se manifesta ainda na chefia (o *pa’hi* possui delegação dos grupos domésticos para decidir autonomamente sobre os interesses da aldeia – *kri*) e na utilização *exclusiva* de uma porção do território para caça e coleta (quando uma nova aldeia é formada, seu local de instalação é em geral acertado com os membros remanescentes da aldeia original, de forma a não sobrepor seus territórios de caça, fonte constante de atritos entre as aldeias).

Cada aldeia tem seu “chefe” (*pa’hi*), como já foi dito, e possui autonomia de decisão; não existe nenhum outro poder, que acima das aldeias, representaria todas aldeias Krahô ou Apinajé ou Kricati (como um conselho de chefes ou algo parecido). Mais recentemente, alguns Krahô das aldeias situadas ao sul da área, constituíram, com apoio de um padre e um funcionário da FUNAI, uma associação civil sem fins lucrativos, denominada *Cààpéj* (pátio grande), com sede no interior da área indígena; as aldeias das margens do rio Vermelho também passaram a integrar uma outra associação formal indígena, denominada *Vyty-Cati* (*vyty* grande, com sede em Carolina e apoiada pelo CTI e congregando outras aldeias de povos Timbira); os Krikati também constituíram uma associação recentemente. Mas estas associações não tem mandato nem representação para tomar decisões pelas aldeias ou pelos Timbira “em geral”. Por mais que se tente (a FUNAI ou pessoas de fora, amigas dos índios, que vêm nesta generalidade um avanço político para eles), a autonomia política do grupo local ainda prevalece.

Morfologia Social e Subsistência

Do ponto de vista da sua morfologia, as aldeias Timbira tem as suas casas dispostas em um círculo cujo centro é um área também circular e limpa (o pátio ou *càà*). Ligando as

casas, tem-se um caminho sempre mantido limpo, o *kricapé* ; deste caminho nasce um outro, mais estreito (*prycarã*), que saindo da frente de cada casa leva até o pátio. Lembra a forma de uma laranja cortada transversalmente ou uma roda de bicicleta com poucos aros.

As atividades quotidianas nas aldeias obedecem a um calendário ritual, regulado pelas atividades do “pátio”, centro das aldeias circulares e lugar da cena política propriamente dita e dos homens. Ali, toda manhã e no final da tarde, os homens se reúnem com os “governadores” para decidirem ou avaliarem as atividades do dia (quem vai para a roça, quem vai caçar etc.) ou as atividades necessárias para a conclusão ou prosseguimento de um ritual em curso. Os “governadores”(sempre dois jovens) são escolhidos pelos mais velhos e pertencem necessariamente à metade sazonal que “domina” a aldeia: se no “Verão” (estação seca) pertencem à metade *Wacmejê*; se no “Inverno” (estação das chuvas), devem pertencer à metade *Catãmjê*. O pátio é o lugar das atividades rituais e da vida pública: tudo o que chega ali (sejam pessoas de fora ou bens materiais ou simbólicos) tem que ser visto por todos, participado com todos ou dividido com a totalidade da aldeia.

O *kricapé*, ao contrário, é o lugar da mulher, da vida privada e das atividades cotidianas de subsistência; aqui nada se divide porque se está entre parentes. A casa é da mulher, assim como a roça, locais onde tem lugar as atividades de geração e procriação dos filhos. A “casa” (*kré*) constitui o “grupo doméstico”, unidade social que inclui uma mulher, seu marido e filhos, casados ou não. Logo, numa mesma casa, é possível encontramos de duas a quatro famílias elementares (pai/mãe/filhos). Em cada casa, seus membros maiores atuam juntos para prover a subsistência dos filhos, obrigando os genros a trabalharem na roça das sogras e a repartir a carne conseguida (o homem sempre deixa um pedaço da caça abatida por ele na casa da sua mãe e irmãs; mas é obrigado a dar a maior parte para sua mulher e filhos).

Estes fatos são acentuados pela regra de residência uxorilocal (que determina que, com o matrimônio, o homem vá residir na casa da mulher, isto é, com a sogra) e fixa as atividades de subsistência e procriação em torno da mulher, fazendo os homens

“circularem” entre duas casas (aquela da sua mãe, onde nasceu e foi criado e a aquela onde vai gerar sua descendência) e pelos matos e cerrados, atrás da caça.

A regra de residência é responsável ainda pela constituição de outro grupo social, mais abrangente que o grupo doméstico, o *segmento residencial*: quando uma a família elementar já possui filhas em condições de casamento, ela constrói uma nova casa *ao lado* da casa de sua mãe. Portanto, numa aldeia Timbira, sempre teremos um linha de casas formada por um grupo de irmãs, que se ajudam mutuamente na tarefa de sustentação dos seus filhos. E a nomenclatura e regras de parentesco enfatizam esta solidariedade das irmãs ao determinar que todos nascidos num mesmo segmento residencial (e numa mesma geração, claro) são chamados e tratados como “irmãos” (isto é, os filhos de irmãs de mesmo sexo são “irmãos” e não “primos”, como entre nós; logo, os filhos das irmãs são “filhos” e não sobrinhos). Coerente com estas regras, os maridos das irmãs são tratados também como “maridos” (e não cunhados), e as relações sexuais entre eles toleradas. A regra é simples e clara: se as irmãs (ou irmãos) são “iguais” (porque gerados numa mesma “casa”), então os homens (e mulheres) permitidos a uma (ou um) são permitidos(as) às demais.

O sistema de nomeação

“As pessoas passam, mas os nomes perduram”. Toda perpetuidade e dinâmica da estrutura social Timbira são dados e estabelecidos pelo sistema de nomeação. Os nomes pessoais integram um estoque finito (é raro – mas não impossível – criarem-se nomes pessoais novos) que “pertencem” ou estão vinculados a determinados “segmentos residenciais”: as mulheres agem como “donas” dos “seus” nomes e são responsáveis pela sua transmissão.

Muito antes de uma criança nascer o conjunto da sociedade já sabe o nome que terá, seja masculino ou feminino. A regra geral de transmissão determina que dois “irmãos” (e o espectro genealógico preenchido por esta categoria é amplo) de sexo opostos, ao se tratarem com o termo *ituarémeinxí* (o “irmão” falando) e *ituarémehü* (“irmã” falando) transmitem seus nomes pessoais para o “sobrinho” ou “sobrinha” (*ituaré*), que passa a chamar o tio nominador de *kêtti* e a tia nominadora de *tyj*. Ao herdar o nome pessoal, os

sobrinhos herdavam também todas as posições sociais dos tios nominadores, sejam elas posições de parentesco, cerimoniais ou rituais. Isto quer dizer que, ao dizer o seu nome para um terceiro (de uma outra aldeia), um Timbira já saberá de antemão a qual das metades cerimoniais este indivíduo pertence, se é seu “parente” ou seu “afim” e sobretudo, quais as mulheres ou homens que lhes são permitidos ou proibidos. Está demonstrado (in Ladeira, 1982) que para a “casa” onde vai o nome não vai o cônjuge e vice-versa. A dinâmica e a teia responsável pela estrutura social Timbira é dada por estes dois sistemas de trocas vinculados: a troca de nomes e a troca de cônjuges, sistemas estes que *fundam e determinam as relações de aliança* entre os grupos domésticos e segmentos residenciais de toda e qualquer aldeia Timbira.

As mulheres e as roças

As roças de subsistência – que pertencem às mulheres – são abertas na matas de galeria ou de encosta mais ou menos distantes das aldeias, que se localizam sempre perto de pequenos ribeirões e em lugares altos, com boa visão, preferencialmente na “chapada” (*pôpej*) – com predominância de uma fisionomia vegetal de cerrado (senso estrito). Naquelas matas, os solos são mais argilosos e ricos em nutrientes. A média colocada por grupo doméstico é de 1,5 hectares (ou de 0,5 há por família elementar). Os homens são responsáveis pela “broca” (desbaste da vegetação arbustiva), a derrubada e o plantio do arroz; as mulheres participam da semeadura do milho, mandioca e demais gêneros (fava, inhame, feijões, batata-doce, abóbora, melancia, amendoim, mamão e banana).

As roças Timbira não diferem daquelas observadas em outros grupos indígenas sul americanos - e que se diferenciam bastante daquelas dos regionais vizinhos. Enquanto as roças destes últimos privilegia o arroz e a mandioca, plantados separadamente, as roças indígenas aparentam um certo caos, apresentando um *mix* de espécies: utilizam-se de um método de consorciamento de fazer inveja a qualquer agrônomo-ecologista. O arroz, o milho e a mandioca são plantados antes, com pequenos intervalos de tempo (novembro/dezembro) e intercalados ao longo de toda extensão do roçado; depois são plantados, em setores específicos, os inhames e a batata-doce (janeiro); após a colheita do milho verde (março), são plantados as favas e o feijão “trepapau” junto aos pés do

milho deixados para secar; nas leiras remanescentes da coivara são plantadas abóboras e finalmente são distribuídas pela área mamão e banana. A vida útil de uma roça é determinado pelo ciclo da mandioca (9 a 10 meses) e da banana.

Os **Apinajé** e os **Krikati**, receberam como benefício do Convênio CVRD-FUNAI, maquinário e implementos agrícolas sofisticados. As roças “da FUNAI” abertas com estes equipamentos servem, no passado mais do que hoje, para prover o PIN de um “excedente” (de arroz basicamente) para fazer frente às suas necessidades. Os índios eventualmente recebem alguma parte deste “excedente”; mas as roças familiares de subsistência nunca deixaram de ser colocadas por aqueles índios, independentemente do tamanho das roças mecanizadas.

As “festas”

Entre os Krahô raramente as roças são suficientes para prover a alimentação dos grupos familiares ao longo do ano. A razão desta carência alimentar se encontra na intensa vida ritual e cerimonial imperante nas aldeias (nos núcleos isolados, esta carência não existe). As “festas” (*amji kin*, literalmente: “alegrar-se”) preenchem o calendário anual das aldeias quase integralmente: sempre, em qualquer período do ano, uma aldeia estará preparando uma festa, executando outra ou aguardando condições – veremos quais são – para finalizar uma outra. Melatti (1974) inventariou cerca 325 ritos e situações cerimoniais entre os Krahô. Estas festas exigem uma farta distribuição de alimentos, e hoje em dia algumas festas se prolongam em período de “latência” de vários meses até que a aldeia promotora possa providenciar comida e outros itens necessários para sua conclusão (pedindo contribuições para antropólogos que lá estiveram, para a FUNAI, vendendo bens industrializados para os regionais vizinhos etc.). Além da comida, são necessários miçangas e cortes de pano, que são oferecidos para os participantes das outras aldeias.

Cada festa é marcada pelo nome de uma tora de corrida específica e por cantos específicos – o que leva à conclusão que sem um “cantador” (*hapryrcatê*) que domine os cantos, não se pode realizar determinado ritual. As aldeias que se encontram nesta

situação, superam o problema “contratando” um cantador de fora (de outra aldeia Krahô ou mesmo Timbira, Canela, Krikati ou Gavião).

As festas Timbira são relativas ao ciclo anual (festa do milho - *põnhuprô*, da batata - *jàtjõpin*, da tora grande ou da mudança da estação do ano - *pàrti*), à iniciação dos jovens entre 9-16 anos (*kêétwajê*, *ikrerékam* e o *pemcahààc*), à regulamentação das relações de parentesco e interpessoais usando as relações entre os animais como paradigma (como a festa do peixe - *tepjarkwá*, do papa-mel – *kràkràc*, das máscaras *côkrithtehô*), as festas relativas a assunção ou a entrega da dignidade *vyty* a alguém ou ainda as festas e pequenas cerimônias relativas ao ciclo vital de um indivíduo (fim de resguardo do casal pelo nascimento de filhos, ritos de reintrodução de alguém que ficou afastado por muito tempo do convívio na aldeia, por doença ou luto). Nestes dois últimos casos (*vyty* e ciclo vital), a responsabilidade pelo suprimento de comida e bens a aldeia é da casa de origem do homem ou mulher.

As festas marcam a solidariedade necessária ao convívio nas aldeias e são momentos onde se enfatizam as regras de comportamento. Os *amjkin*, além de proporcionar um momento de “alegria” e descontração (pois nestes momentos, os jovens têm a oportunidade de conhecer mulheres de fora e os homens e mulheres casada, para experimentarem relações sexuais extramatrimoniais, porém permitidas), são fundamentais para a atualização da estrutura sociocultural e para o equilíbrio das relações internas; daí porque os núcleos isolados não se constituírem como aldeias de fato, seus integrantes preferindo a “barriga cheia” (como dizem) aos compromissos sociais que as festas necessariamente obrigam. Os Krahô dizem que as famílias que assim agem que são “sovinas”, isto é, não compartilhem da sua comida e nem das suas mulheres, guardando-os para si. Ser “sovina”, para os Timbira (e também para muitos grupos Jê) é o pior comportamento que podem imaginar e a palavra para designá-lo – *hõõxy*- soa como um palavrão.

Os homens e a caça

A *carne* é outro item indispensável nas festas e hoje em dia, para a finalização dos grandes rituais, muitas aldeias recorrem a à carne de gado – e não de caça – para esta

finalidade. Apesar de caçadores, esta atividade já não atrai como antes as novas gerações, principalmente onde ela exige um esforço maior devido a escassez de animais de caça – como é o caso das aldeias Krahô situadas ao sul-sudoeste da área, próximas a Itacajá ou dos Krikati e Apinajé. Substituem a caça pela criação de pequenos animais (porcos e galinhas) – o que causa constantes conflitos entre as famílias, porque são criados soltos no terreiro da aldeia e não raro “alguém” acaba matando uma peça de um terceiro. Nestas aldeias, quando se pergunta porque não caçam mais como antes, argumentam que a caça “acabou”, argumento que acaba sendo corroborado pelas infrutíferas caminhadas pelos cerrados, provocando o desânimo dos jovens. O fato é reforçado pela cada vez maior atração das “coisas da cidade” sobre estes mesmos jovens.

Nas aldeias Krahô situadas ao longo do rio Vermelho, nordeste da área indígena, a oferta de caça é ainda razoável e seus habitantes praticam a caça com frequência; nestas aldeias ainda é possível observar-se a prática das caçadas coletivas, necessárias para suprir os grandes rituais. Entre os **Apinajé**, as aldeias situadas nos limites sul/noroeste e ligadas ao PIN São José (Patizal, Cocalinho e a própria São José) ainda dispõem de uma oferta razoável de animais de caça, apesar da concorrência dos caçadores clandestinos.

Em geral, a caça é praticada com espingardas (tipo “por fora” em grande parte) e, mais raramente, com arco e flecha. Além das caçadas coletivas (hoje feita com o auxílio de cães e não utilizando-se o fogo, como antigamente) são feitas na estação seca, época ideal para realização dos grandes rituais. A técnica empregada na caçada individual varia com a estação do ano: no “verão” (seca), a preferência é pela “espera”(que tomaram emprestado dos regionais brancos); no “inverno” (chuvas), quando as pegadas são mais visíveis, por rastejamento. O termo que os Timbira empregam para a atividade de caça é sinônimo de “espantar” (*ajahêr*), o que reforça a suposição de que aprenderam a caça por espera com os regionais. Daí também o sentido do termo que empregam para o boi (*prycahàac* – “falsa caça”, porque é uma “caça” que não se espanta - e no início do contato os Timbira “caçavam” o gado do invasor branco ...).

Para os Timbira em geral, os principais animais de caça são os seguintes, por ordem de importância e apreciação gastronômica: veados (*mateiros*, *catigueiros* e *campeiros*), anta, tatus (*peba*, *china*, *verdadeiro* e *rabo-de-couro*; o *canastra* desapareceu), paca, cutia, tamanduás (o *mirim*, pois o *bandeira* está cada vez mais raro), quati, o macaco-capelão, quandú (porco-espinho) e preá. Os porcos (*queixada* e *caietu*) praticamente desapareceram das áreas indígenas. Os Krahô não comem os seguintes mamíferos: a *mucura* (gambá), o *mocó* (cuíca), a *preguiça*, os mamíferos aquáticos (*lontra* e *ariranha*), o *furão*, o *papa-mel* e o *lobo-guará*. Comem jacaré, arraia, *poraquê* (peixe-elétrico), camaleão e todas as espécies de peixe, mas não comem a sucuri (dos Timbira, somente os Apinajé comem a preguiça, o tejú e a sucuri). Comem as *onças* que eventualmente matam (por ter causado algum prejuízo; mas ela não é, a rigor, *caçada*; nos primórdios da colonização, criadores recém chegados incentivaram - em troca de cabeças de gado - os Krahô a caçarem onças; na década de 60, comerciantes de Itacajá usaram alguns índios nesta prática para o comércio do couro).

Como todo grupo caçador-coletor, os Timbira têm pela atividade de caça uma verdadeira paixão: sonha-se, muito, com caça e caçadas e relata-se com pormenores, no pátio à noite, as aventuras do dia de cada caçador, momento em que se trocam informações sobre a caça, sua argúcia, comportamentos e até mesmo suas características individuais. Neste sentido, todo Timbira é um *etólogo* em constante formação.

Os Timbira também apreciam muito o peixe e além disso é um item importante como substituto da caça para indivíduos em condição de “resguardo” (pessoas em estados liminares e, logo, sob restrições alimentares rígidas). É uma atividade menos importante que a caça; porém se a oferta de pescado fosse maior na área indígena, certamente cresceria sua importância dentro da dieta do grupo (aliás, uma das razões alegadas pelos Krahô que mudaram suas aldeias para as margens do rio Vermelho foi a oferta de peixe neste rio). Os Apinajé, principalmente devido a escassez da caça nas aldeias situadas nas proximidades do Tocantins (pois até a pouco era ainda compartilhada com os regionais que ocupavam a sua área), têm na pesca uma importante complementação alimentar. As aldeias situadas a nordeste da área pescam quase que diariamente.

Além da pesca com anzol e linha, praticam as “tinguizadas”, pesca coletiva realizadas na estação seca em pequenos ribeirões com o uso do tinguí (planta tóxica que diminui o nível de oxigênio da água deixando os peixes “bêbados”). Apesar de bastante produtiva, esta prática só pode ser feita com intervalos de 3 a 4 anos num mesmo ribeirão, para não comprometer a ictiofauna. Uma das grandes queixas dos Apinajé da aldeia São José é que o lugar preferencial em que praticavam a “tinguizada”, o ribeirão Mumbuca, não foi incluído na área demarcada em 1985.

A relação com os recursos naturais: uma relação entre sujeitos

Em outro plano, caçar não se reduz a “matar para comer”, como em geral entendemos esta atividade. Para as sociedades caçadoras-coletoras, este fato bruto é permeado – e sobredeterminado - por uma outra ordem de fatos, simbólicos, que têm nas cosmologias indígenas sua raiz. Para a maioria dos grupos indígenas do Brasil, caçar significa interagir com forças *simbólicas* da natureza, pois toda caça possui uma subjetividade particular (um “espírito” que define o “caráter” de uma espécie animal determinada) que coloca a atividade de caça (a relação predador /presa) como uma *relação entre sujeitos*. Além disso, os itens “naturais” (sobretudo os animais) nunca são apreendidos na consciência indígena como únicos ou isolados, mas como partícipes de uma cadeia de relações que envolve de uma só vez os humanos e não-humanos e estes entre si.

Para os Timbira em geral, as relações entre determinados animais (por exemplo, o predador e sua presa) serve de matriz simbólica (como metáfora) para ilustrar – e portanto reger - as relações entre os afins ou os inimigos (do mesmo modo como as relações simbióticas de companheirismo são usadas para ilustrar as relações entre consangüíneos). A mitologia também enfatiza a “humanidade” dos animais, dado que “antes, todos os bichos falavam”, como dizem; os animais são tidos como *ex-humanos*, a concepção indígena neste ponto se diferenciando radicalmente da cosmologia

ocidental, para quem a condição “comum” entre os humanos e os bichos é a “animalidade” (somos *animais* racionais – vide Viveiros de Castro,...).

Na concepção Timbira, o espírito dos humanos mortos (*carõ*) sofre um série de metamorfoses, passando a utilizar os corpos de animais e vegetais como *avatar*, em uma escala regressiva (dos mamíferos superiores aos insetos; das plantas cultivadas ao “pau podre”, para finalmente se transformar em pedra, deixando então de se comunicar com os vivos). Além de revelar a hierarquia implícita na ordem natural na concepção Timbira, estas metamorfoses indicam que, sob a pele de um ente natural, o *carõ* pode estabelecer contato com os humanos, contato sempre perigoso (pode trazer doença e a morte) e que dá ao sujeito contatado (se ele aceita os termos “oferecidos” pelo *carõ*) a possibilidade de vir a ser xamã (*wajaka*), adquirindo por essa via o poder de manter uma interlocução permanente com o “outro lado” e o poder de cura.

Além disso, o mundo natural é povoado por “espíritos guardiães” das espécies; são agentes inominados (é o *ijãxycatê*, o “dono” do veado mateiro, por exemplo) que se manifestam na roupa de um espécime individual com alguma característica marcante (tamanho, força, esperteza etc.). Os “espíritos guardiães” se comunicam com os humanos nos sonhos ou nos estados liminares de um sujeito (doenças, resguardos), mandando mensagens sobre o estado de seu “rebanho”. Por exemplo: um Krahô (Afonso Cuupõ) gostava muito de paca (*kra*) e fazia muitas “esperas” ou armadilhas para abatê-las; em dada ocasião, começou a sentir-se mal, ficou doente e logo apareceu na sua frente (sonho, delírios) o *kracatê* dizendo que, se ele quisesse se recuperar, deveria dali em diante abster-se que matar paca ou mesmo comer da sua carne. Cumprindo esta determinação, sarou. Desta forma, o “espírito guardião” regula o estoque da espécie que protege, agindo como uma espécie de vetor para o manejo e controle destes estoques.

Portanto, quando a caça desaparece, não é somente a dieta alimentar Timbira que perde uma fonte de proteína (que aliás pode ser suprida pelo boi, a galinha etc.): este desaparecimento pode pôr em risco pautas socioculturais importantes para estes povos, pela sua impossibilidade de atualização.

A conservação dos recursos naturais e sua utilização

Do ponto de vista da conservação dos ecossistemas locais, as **Terras Indígenas Krahô** (302 mil hectares) e **Apinajé** (142 mil) estão relativamente bem preservadas. Isto se dá porque, além da - ainda - pouca pressão para sua exploração pelas atividades econômicas do entorno, os índios dependem bastante dos recursos florísticos (dos faunísticos já comentamos) disponíveis: a coleta de frutas, plantas medicinais, palha para construção e confecção de utensílios domésticos (cestarias) são absolutamente fundamentais para os Krahô e demais povos Timbira. Como caçadores-coletores, conhecem a relação vital entre recursos florísticos e a fauna. Aliás, sob este aspecto, os Timbira impressionam: enquanto que a ciência ocidental identifica atualmente 06 fisionomias de cerrados, eles identificam e classificam 17 fisionomias, considerando os aspectos de relevo, solo, drenagem, a fenologia e ecologia das espécies dominantes e “companheirismo” (fitossociologia empírica), efetuando nesta classificação uma verdadeira “análise de paisagem” extremamente requintada nos seus detalhes, deixando pouco a desejar em relação àquela praticada pela moderna ciência ecológica.

Os *cantos* Timbira reforçam este conhecimento: pode-se dizer que o “mundo é cantado” por estes povos (e canta-se praticamente todo o tempo numa aldeia Timbira). Todas as músicas (e são dezenas de milhares) falam sobre um aspecto *diferencial* de um determinado recurso natural (da fauna, flora, da água, pedras, nuvens, raios, estrelas cadentes, meteoros, enfim: “o mundo”). E canta-se aquilo que marca e distingue, *esteticamente* pode-se afirmar, os fenômenos naturais, aspectos da flora e até determinados comportamentos da fauna. Por exemplo: não se canta sobre o preá (*amxy*) em si, mas sobre um pequeno redemoinho produzido pela sua pelagem e localizado em sua cabeça; ou sobre uma determinada espécie de peixe comedor de barro (?), mas sobre as borbulhinhas que produz quando se alimenta etc. Outro exemplo revelador: certa feita, um homem estava perguntando sobre um certo pássaro que estava naquele momento cantando; uma mulher de pronto respondeu: “este é aquele...” e cantou a música que descrevia a espécie!!

Para um Timbira, portanto, *cantar* é *conhecer* os detalhes do ambiente. E esta apreensão estética do mundo natural reafirma o caráter fundamentalmente não utilitário destes índios com o ambiente, ao mesmo tempo em que permite a transmissão deste conhecimento para as gerações seguintes.

Outro aspecto da relação dos Timbira com o ambiente diz respeito à prática das *queimadas*: na seca, os membros da metade *wacmejê* (ligada ao verão e ao fogo) têm por hábito limpar a “chapada” com fogo. Justificam esta prática dizendo que isto é feito para renovar a paisagem, à espera das águas. Têm o conhecimento sobre o poder “renovador” que este elemento têm sobre determinadas fisionomias do cerrado, indo de encontro a algumas teses científicas sobre o papel positivo das queimadas sobre a quebra de dormência de determinadas espécies vegetais e como modo de renovar e incrementar as fontes de alimentos para a fauna herbívora. Mas ouve-se também os velhos reclamando dos jovens pelo fogo colocado na “chapada” em hora e dia inapropriado, prejudicando a coleta de determinadas frutas – o que leva a suposição que os Timbira devem praticar uma espécie de “manejo do fogo”, onde seus efeitos negativos seriam minimizados.

Outro aspecto negativo diz respeito às invasões regulares das áreas indígenas Krahô e Apinajé por caçadores brancos. Os Krahô denunciam com frequência estes fatos, chegando mesmo a apreenderem as armas quando os pegam em flagrante. Mas estas denúncias não conduziram nem a FUNAI e nem o IBAMA a uma ação punitiva mais rigorosa (talvez porque estes caçadores, como dizem os índios nas suas denúncias, integrem a elite política dos municípios vizinhos...). Não há ocorrência de venda de madeira por parte dos índios – como virou moda em outras áreas indígenas.

A **Terra Indígena Krikati** está completamente descaracterizada em função das atividades exercidas pelos 539 invasores da área. Convivendo com estas “posses” (pequenas fazendas), os Krikati extraem sua subsistência das roças familiares feitas nas poucas matas de galeria ou de encosta que restaram no seu território. Poucos são hoje os recursos naturais de que podem dispor com exclusividade, como reza a Constituição Federal. Com isso, a dependência da criação de pequenos animais é cada vez maior,

assim como do dinheiro (dos velhos aposentados, dos funcionários - índios da FUNAI e da venda de artesanato).

A caça de pequenos animais e a pesca com tinguí (restrita hoje ao ribeirão Arraias) complementam a alimentação. Do mesmo modo que os outros Timbira, os Krikati mantêm um pequeno rebanho de gado para fazer frente às necessidades emergenciais de dinheiro ou carne para os grandes rituais.

A palha para a confecção das poucas casas que ainda utilizam esse material de cobertura e as entrecascas e madeiras especiais para a feitura do artesanato comercial são encontrados ainda em poucos nichos preservadas nas imediações da aldeia. Os utensílios de alumínio substituem hoje, quase completamente, aqueles tradicionais, elaborados a partir de materiais disponíveis nos cerrados e matas da reserva invadida.

Caracterização do ambiente regional e grau/modo de inserção da população indígena nesse ambiente

Krahô

Caracterização da economia regional

Os municípios onde se insere a *Kraolândia*, Itacajá e Goiatins, se caracterizam pela estagnação de suas economias, restritos ainda às tradicionais culturas do ciclo anual (mandioca, arroz, milho e feijão), à criação de gado (pode-se dizer *extensiva*) e o extrativismo vegetal (madeiras e frutas nativas). Estas atividades são as principais nesta região desde os primeiros tempos da colonização, em meados do século passado. Estas características sofreriam alguma alteração com a construção da Belém-Brasília, permitindo o acesso à região, não de investidores, mas de pequenos especuladores, vindos do sul e nordeste. A principal alteração foi a passagem da criação extensiva, aproveitando os pastos naturais do cerrado, para a “semi-intensiva” de gado, sobre pastagens artificiais. Estes, contando com a ação do GETAT (que arredou e legalizou as terras devolutas da região no final dos anos 70) e com incentivos da SUDAM, passaram a comprar crescentes parcelas de terras dos pequenos posseiros tradicionais que, sem

recursos e apoio governamental, as vendiam e partiam para os centros urbanos regionais, engrossando a legião de subempregados destes centros (por exemplo: a população de Araguaína cresceu 250% vezes entre as décadas de 1970 e 1990, segundo dados do IBGE). Ao mesmo tempo os cerrados vinham abaixo, transformados em pastagens artificiais, que, a rigor, não melhoram em quase nada a taxa de desfrute dos rebanhos em relação àquela auferida pela criação extensiva (entre 1970 e 1990, as porções de cerrados desmatados para a colocação pastagens artificiais cresceria cerca de 18 vezes).

Segundo dados do IBGE (1989), nos primeiros anos da década de 1980, foram incorporados, no médio/alto Tocantins, cerca de 18.335.000 hectares de pastagens, 2.815.000 de lavouras anuais e 130.000 de culturas perenes. A Ferrovia Norte/Sul, quando implantada, incentivará a incorporação de cerca de 34 milhões de hectares a este estoque (VALEC, 1993). **Não se tem dados semelhantes para a Hidrovia Araguaia/Tocantins.**

A frente de expansão mais recente e “moderna” (isto é, capitalizada) chegada a região - o projeto PRODECER IV, com suas grandes áreas de soja, arroz irrigado, sorgo e fruticultura tropical, apoiado pelos japoneses da JICA - ainda está restrita às manchas de cerrados vermelhos existentes ao sul da área Krahô, concentradas sobretudo no município de Pedro Afonso, mas já a poucos quilômetros da terra indígena.

Grau e modo de inserção no ambiente regional

A relação dos Krahô com a população e economia regionais data de longo tempo (vide *Histórico do Contato*). Com os pequenos proprietários habitantes do entorno da área indígena (via de regra muito pobres), as relações são, em geral, amistosas e baseadas em pequenas trocas comerciais, porém regulares e até intensas, com visitas mútuas dos índios às propriedades e dos regionais às aldeias, quando levam produtos ou pequenos animais para venda ou troca com os índios. Com alguns destes regionais pobres, famílias Krahô estabelecem relações de *compradio* como modo de reforçar as relações de ajuda mútua entre elas. Outras famílias indígenas fazem “promessa” a santos católicos (principalmente São Pedro) e, por influência da população regional, no dia 29

de julho em várias aldeias se organizam “forrós”, reforçando ainda mais a integração índios/pequenos produtores pobres.

O SPI antes e a FUNAI hoje, em vários períodos, tentou proibir o comércio entre os índios e a população regional alegando que, nela, os índios são “explorados” (em geral a troca se dá entre os produtos industrializados dos índios –pano, roupas, pratos, colheres e ferramentas agrícolas - por produtos da roça ou pequenos animais dos regionais). De fato, observando-se este pequeno comércio, percebe-se que ele é muito mais vantajoso para os regionais brancos (*cupen*) do que para os índios. Mas do ponto de vista destes, mais do que o valor em si, o que buscam é manter uma relação social *mediada* pela troca; quando indagados sobre esta suposta desigualdade, em geral a justificam dizendo que os “*cupen* são pobres e também precisam” ou “que têm pena deles”. Na maior parte dos casos, a troca não se consuma no seu ato, gerando um sistema de dívidas mútuas que acaba por “amarrar” - e portanto consolidar a relação social – os agentes sociais envolvidos. É também, o modo dos Krahô se posicionarem como agentes e “produtores” da relação.

Apesar da boa vizinhança, não se verifica, nem da parte nem dos índios e nem dos regionais vizinhos, qualquer “admiração” pelo modo de vida – radicalmente opostos em muitos sentidos – que cada um leva. Ao contrário, os preconceitos de ambos os lados são enormes. Parte deste preconceito, do ponto de vista dos regionais, é reforçado pela proteção, mesmo precária, que os índios gozam do “Governo” e, supostamente, de pessoas das grandes cidades, “ricas” para os padrões locais, que visitam as aldeias com alguma frequência.

As vilas mais próximas (Itacajá e Goiatins) são, para os Krahô, o lugar para o comércio, do tratamento médico-hospitalar de 2ª linha, dos serviços eventuais para conseguir *poré* (dinheiro) e do comércio de mel, frutas nativas ou artesanato com mesma finalidade.

Sede onde reside a “elite” política local - e que sentem seus interesses prejudicados de alguma maneira pelos índios - nestes espaços urbanos não se estabelecem relações sociais duradouras (de compadrio, por exemplo), a não ser aquelas que, originadas no “sertão”, continuaram na cidade por força da migração e urbanização forçada do

“compadre”, ex-pequeno proprietário rural. É no comércio daquelas localidades que os velhos indígenas aposentados pelo INPS também são obrigados a gastar a maior parte do seu parco recurso monetário, pois os comerciantes retêm os “cheques” ou agora os “cartões” dos velhos para saldar os débitos anteriormente contraídos.

Como se vê, os Krahô discriminam e são discriminados no e pelo ambiente regional e não se percebe nenhum esforço por parte dos velhos índios em integrar os jovens neste ambiente; ao contrário, o incentivo é para que sigam as atividades dos *mehin* (“índios”): já se escreveu - e muito - sobre o chamado “conservantismo” Timbira (cf Melatti, 1979 e Azanha, 1984). Mas isto não quer dizer que não incorporem itens ou pautas culturais dos “civilizados” (como o cachorro, o gado, a espingarda, a panela, o português castiço, a escola, o forró ou mesmos uma forma de organização, com as “associações”) julgadas porém *convenientes*, isto é, compatíveis com a estratégia pascaliana (“*plus ça change, plus c’est la même chose*”), explicitamente adotada por estes povos. Em outras palavras, os Krahô crêem dominar o processo de contato – e de mudança que ele acarreta - e se vêem como *agentes* deste processo; até agora nos parece que estão sendo bem sucedidos nesta empreitada.

Levantamento de projetos governamentais e não-governamentais em curso na região

Governamentais ou com apoio dos Governos Federal e Estadual:

- Hidrovia Araguaia-Tocantins
- Estrada de Ferro Norte-Sul
- Asfaltamento das rodovias TO – 222 (Araguaína – Filadélfia) e MA – 330 (Balsas a Alto Parnaíba)
- PRODECER IV

Não-Governamentais

- Projeto “Frutos do Cerrado”, coordenado pelo CTI e executado por 11 entidades de pequenos produtores rurais e pela Associação Indígena Vyty-Cati, para a coleta e processamento de frutas nativas da região (polpas congeladas), visando o aproveitamento não-predatório dos recursos naturais e geração de renda; conta com recursos do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PP G7.

Krikati

Caracterização da economia regional

Os Krikati estão situado na micro-região de Imperatriz. Esta região tem sido alvo, nas duas últimas décadas, de empreendimentos significativos e vultosos incentivos fiscais voltados à industrialização e modernização das empresas agropecuárias. A implantação do Programa Carajás trouxe alterações profundas na estrutura socioeconômica da região. A principal é o crescimento demográfico, agravando os problemas de regularização fundiária, numa região já marcada por sérios e sistemáticos conflitos pela posse da terra. O nível destas tensões tem se acentuado nesta década, sobretudo depois da desativação dos garimpos no sul do Pará.

Para os Krikati, este processo tem significado apenas a divisão de seu território, agravado pela passagem de dois circuitos de linhas de transmissão da ELETRONORTE, além da rodovia estadual que atravessa o território no sentido leste-oeste e que passa a apenas 300 metros da aldeia.

Os municípios onde se insere a Área Indígena Krikati – Montes Altos e Sítio Novo – e do mesmo modo que aqueles onde se inserem as Terras Indígenas Krahô e Apinajé, se caracterizam pela pobreza de sua gente e a estagnação das suas economias, restritas às tradicionais culturas do ciclo anual (mandioca, arroz, milho e feijão) e à criação de gado – em geral extensiva. Estas atividades são as principais nesta região desde os primeiros tempos da colonização, em meados do século passado.

Após o início da implantação do Projeto Carajás, novas invasões de seu território tradicional passaram a ocorrer, caracterizando-se pela chegada dos “paulistas” e a implantação de estabelecimentos agropecuários “modernos”, isto é, com a derrubada da vegetação nativa e a introdução de pastagens artificiais. Estas novas invasões se concentraram nos limites sul e sudoeste da área reclamada pelos Krikati.

Montes Altos, por exemplo, de onde tem partido a resistência contra a regularização da T.I. Krikati, foi fundada em 1898, quando foi estabelecido um engenho de açúcar e uma destilaria, tornando-se um pequeno centro comercial para os colonizadores – criadores de gado e agricultores de subsistência. Entretanto tornou-se vila apenas em 1949, sendo que até 1967 contava apenas com 800 habitantes.

A “tolerância” que os índios até certo ponto mantinham e mantêm com os antigos invasores (fundamentada em relações de troca), resultou de uma estratégia de sobrevivência, posto que o enfrentamento direto, como no passado, não garantia mais a sobrevivência do grupo (vide capítulo *Histórico do Contato*). Com os novos invasores, a relação é de distância e de conflito potencial.

Uma relação de outra natureza vem tentando ser estabelecida com os integrantes da *Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecologistas de Montes Altos*. Esta entidade, criada em 1995, tem se pautado por uma linha de trabalho à “esquerda” das elites políticas tradicionais. Ligada à rede do Projeto “Frutos do Cerrado”, seus dirigentes são explicitamente favoráveis à demarcação das terras Krikati nos termos propostos pela FUNAI e durante a demarcação física daquelas terras, prestaram auxílio direto aos índios.

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Por força da situação de quase permanente tensão na região, em função das invasões da sua terra e a indefinição quanto as reais dimensões desta terra - fatores que forçam os *Krikati* a disputarem quotidianamente os recursos de seu território com terceiros - a

relação dos índios com os diversos segmentos sociais locais é ambígua. Por várias ocasiões os chefes Krikati foram “aliciados” (isto é, agraciados com cabeças de gado e dinheiro) pelas forças políticas dominantes para concordarem com um território não superior a 20.000 ha ou mesmo para se mudarem para as terras dos Gavião.

Estes “acordos” nunca prosperaram na verdade - com o chefe Krikati, seu promotor, caindo em desgraça - mas revelam as circunstâncias delicadas que envolvem as relações dos índios com as elites políticas regionais de Montes Altos. Por outro lado, muitos índios mantêm uma relação de troca com invasores pobres, “agregados” ou “posseiros”, por vezes intensa e que acaba por levar a sua formalização numa relação de “compadrio”, acabando por legitimar deste modo a ocupação do “compadre”.

Enquanto isso, os setores da elite tradicional ou aqueles recém-chegados e “modernos” - invasores confessos - buscam vencer a disputa territorial com os índios negando-lhes o direito a um território digno e atacam o preconceito (“muita terra para pouco índio”, “preguiçosos que vivem fazendo festa”) junto aos seus vizinhos pobres.

A FUNAI - que deveria atuar enquanto órgão de defesa dos interesses dos povos indígenas e guardião legal das terras ocupadas por eles - acabou por interpor-se localmente como uma espécie de mediador institucional do conflito - daí as várias (quatro) delimitações conciliatórias da área Krikati propostas por aquele órgão e que se sucederam ao longo das décadas de 1970 e 1980 - e que só serviram para aumentar o clima de tensão na região, protelando e escamoteando o problema.

A demarcação física, recentemente concluída, foi executada com a cobertura de policiais federais, a situação de tensão chegando a seu ponto extremo, depois dos Krikati terem ateadado fogo em uma das torres de alta tensão da Eletronorte que atravessa o seu território. O apoio, ainda que velado e até certo ponto ambíguo do atual Governo do Estado do Maranhão aos índios e à FUNAI, e por pressão do Banco Mundial - isolando, até certo ponto e por um momento, as elites políticas locais contrárias à demarcação - talvez favoreça um final mais justo para os índios e os pequenos posseiros - se as promessas de indenização por parte da FUNAI e dos órgão aliados (ELETRONORTE e CVRD) de fato se concretizarem.

Mas até a presente data nada está definido: a FUNAI, alegando problemas técnicos, não encaminhou o processo para a homologação da demarcação, concluída há 7 meses já. Enquanto isso, os invasores, com o beneplácito do Governo do Estado, aproveitam o “clima de tensão” para explorar as matas ainda remanescentes dentro da área demarcada (não só para tirar madeira, como antes; agora, em vários pontos daquela área, instalaram-se carvoarias).

Levantamento de Projetos Governamentais e Não-Governamentais em curso ou previstos para a região

Governamentais

- Pavimentação da rodovia MA-280 (que corta a área indígena), interligando a BR-230 (Belém-Brasília) a Grajaú/Barra do Corda;
- Projeto da CELMAR - Celulose do Maranhão SA - em várias regiões do entorno da área indígena (substituição dos cerrados nativos e do pequeno produtor pelo plantio homogêneo de eucalipto e pelo trabalho assalariado);
- Fundo Constitucional do Nordeste – FNE (financiamento à produção agropecuária);
- Projeto Ferro-Carajás;
- Linha de Transmissão Norte-Sul de 500 kv (interligação Tucuruí-Serra da Mesa);
- UHE de “Serra da Mesa”
- Hidrovia Araguaia-Tocantins
- Estrada de Ferro Norte-Sul

Não-Governamentais

- Projeto “Frutos do Cerrado”, coordenado pelo CTI e executado por 11 entidades de pequenos produtores rurais e pela Associação Indígena Vyty-Cati, para a coleta e

processamento de frutas nativas da região (polpas congeladas), visando o aproveitamento não-predatório dos recursos naturais e geração de renda; conta com recursos do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PP G7.

Apinajé

Caracterização da economia regional

A região onde se localiza a TI Apinajé, conhecida como “Bico do Papagaio”, foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo “posseiros” e “grileiros”, até o início dos anos 80. É uma região pobre, cujo polo dinâmico está centrado na criação de gado em regime semi extensivo e que teve, no passado, no *ciclo do babaçu*, o seu período de maior dinamismo

O ciclo do coco babaçu deixou de ser importante já na década de 1980, com o fechamento e sucateamento da maior usina do “Bico do Papagaio”, a TOBASA de Tocantinópolis. A produção de carvão para o estabelecimento das pastagens e venda para as metalúrgicas recém instaladas no polo de Carajás levou a um falso dinamismo na região por um curto período com a conseqüente devastação de imensas parcelas dos cerrados nativos.

Grau e modo de inserção no ambiente regional

Os Apinajé têm seu *habitat* situado em uma zona de transição do cerrado para as matas densas, rica em babaçuais. Até a década de 1930, o padrão de subsistência desses índios pouco diferia daquele de seus vizinhos Timbira Orientais. Algumas fontes históricas (Villa Real e Castelnau) apontam porém uma diferença significativa: em outros tempos, os Apinajé forneciam alimentos colhidos em suas roças para os viajantes do Tocantins e para Boa Vista (Tocantinópolis). Nimuendajú (1946) sugere que esses índios seriam mais dedicados à agricultura do que a maioria dos grupos Timbira Orientais, apesar de dominarem um território mais abundante em caça .

Com a instalação do posto do SPI entre os Apinajé em 1944, os índios passaram a ser estimulados pelos funcionários deste serviço a se engajarem na coleta do coco babaçu. A

partir dos anos 70, com a presença da FUNAI na área, passaram a ser pressionados à produzirem babaçu em escala industrial. A FUNAI substituiu a cantina do SPI por outra gerenciada em moldes “empresariais”, como instância intermediária para a comercialização do coco coletado pelos Apinajé.

Em 1976, o antropólogo Roberto da Matta anotou que os Apinajé consideravam a coleta de babaçu como um “mal necessário”: coletar e quebrar coco era para eles uma atividade marcadamente negativa quanto comparada às atividades tradicionais de caça e agricultura. Primeiro por ser uma atividade de coleta e segundo por ser uma atividade orientada para a venda que não implica nas mesmas obrigações sociais que a caça e a agricultura.

Os recursos do Convênio CVRD/FUNAI vieram a consolidar esta forma de atuação da FUNAI: na aldeia *Mariazinha*, os índios firmam sendo obrigados a vender sua produção exclusivamente no posto, sem a anterior alternativa de procurar um comprador que remunerasse melhor o produto, tendo como “contrapartida” o patrocínio pela FUNAI de grandes roças de arroz, através de “projetos de desenvolvimento comunitário”. Foi sendo construído um regime de trabalho no qual os índios dessa aldeia, ou trabalhavam na “roça do projeto” ou tiravam e quebravam coco para a cantina, ambos controlados integralmente pela FUNAI. Atividades de caça e pesca só eram permitidas aos domingos, os índios não possuíam roças familiares e disputavam seus babaçuais com os regionais. Para cumprir o contrato com os compradores, nos anos 80 - com TOBASA de Tocantinópolis e OVIA de Imperatriz - a cantina tinha que entregar 10 toneladas por semana. Para atingir a cifra estipulada nos contratos, a cantina comprava o coco dos regionais que residiam dentro da área indígena e que atuavam como prepostos da cantina, como peões.

Já na aldeia São José, a produção para a cantina era fruto exclusivo da produção indígena, sendo considerada menos “bem sucedida” pela FUNAI.

Com o fim dos investimentos a fundo perdido da CVRD e sobretudo com a demarcação do território - e, conseqüentemente, com a retirada dos coletores não-índios - a coleta na *Mariazinha* acabou definitivamente. Esta aldeia no início dos anos 1990 se

segmentaria, dispersando a maioria das famílias para outras regiões da área indígena, onde voltariam a viver exclusivamente das roças de subsistência e da caça e coleta de frutas nativas - como as demais aldeias.

Ao norte, na aldeia *Cocalinho*, a falta de assistência da FUNAI obrigou as famílias ali residentes a permitirem, entre 1990/94, a retirada de madeira de lei, fava d'anta e jaborandi por terceiros, mediante o pagamento de uma quantia que lhes permitisse adquirir algum bem industrializado para o PI. Depois de 1995, com a retirada, pela FUNAI, dos últimos invasores daquela parte da reserva, este tipo de “arrendamento” não tem mais sido feito pelos índios.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a demarcação de parte da área tradicional dos Apinajé, contribuiu para diminuir a dependência econômica com a sociedade envolvente, possibilitando novamente a utilização quase integral deste território nos moldes tradicionais e o abandono da atividade extrativa do babaçu nos moldes anteriores. Entretanto, no caso específico dos Apinajé da aldeia São José, a redução drástica de seu território pela exclusão das áreas mencionadas no tópico “Situação Atual da Terra”, atuou no sentido de impedir que esta dependência fosse reduzida ainda mais, uma vez que as bacias dos ribeirões Cruz, Mumbuca, Gameleira e Raiz são provavelmente as áreas mais piscosas e de maior concentração de caça de todo o seu território.

Os Apinajé, hoje, mantêm uma relação com o mercado regional apenas incipiente. Outrora, no auge do ciclo extrativista do babaçu, esta inserção foi bastante forte, chegando a representar, em termos de valor produzido na área indígena, algo em torno de US\$ 30-40 mil/mês. Atualmente, a inserção dos Apinajé se dá basicamente através da compra de bens industrializados no mercado local de Tocantinópolis com o dinheiro aferido pelos velhos aposentados pelo INSS ou através do trabalho eventual dos jovens nas fazendas da região.

Levantamento de projetos governamentais e não-governamentais em curso na região

Governamentais

- A Terra Indígena Apinajé sofre a interferência de 3 estradas:
 - TO 126 que liga os municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, passando por Maurilândia, seccionando no sentido norte-sul todo o território em seu lado leste; ao longo de seu eixo estão localizadas as aldeias do PIN Apinajé (Mariazinha, Botica, Riachinho e Bonito).
 - BR230, a Transamazônica, que atravessa a área aproximadamente por 30 Km e continua como limite da Terra Apinajé em sua parte oeste. Na faixa de influência desta estrada encontram-se as aldeias do PIN S.José (Cocalinho, Patizal e São José).
 - TO -134, trecho município de Anjico ao entroncamento da BR230, seguindo até Tocantinópolis, sendo, em um trecho, limite sul da área. Esta estrada passa a poucos km da aldeia S. José.

As três estradas, de terra, estão em obras com vistas a seu asfaltamento. Recentemente, início de junho, o IBAMA interditou as obras da BR230, em seu trecho Araguatins-Estreito, exigindo o licenciamento ambiental para o prosseguimento das obras. É muito difícil para a FUNAI implementar, de forma isolada, procedimentos eficazes para a defesa dos territórios indígenas.

- UHE (projetada) de “Serra Quebrada” afetará diretamente a terra indígena.
- Hidrovia Araguaia-Tocantins.
- Estrada de Ferro Norte –Sul.
- Projeto Ferro-Carajás.

Não-Governamentais

- Projeto da Associação Timbira *Vyty-Cati* busca retomar a produção extrativista na área indígena.

Parte II - Avaliação de Impactos

Identificação dos impactos

Os impactos identificados do empreendimento sobre as **Terras Indígenas Krahô, Krikati e Apinajé** serão avaliados e qualificados (quanto as suas probabilidades de ocorrência, magnitudes, durações e área de influência) em função de dois grandes indicadores: 1) as atividades de dragagem nas etapas de construção e operação da Hidrovia e 2) o mais importante, as atividades econômicas e pressão social induzidas pelo empreendimento

A Terra Indígena *Krahô* localiza-se a 120 quilômetros, em média, do local do empreendimento. Os principais rios que definem os limites daquela TI (*Manoel Alves Pequeno* e seu afluente Ribeirão dos Cavalos e os rios Suçupara e Vermelho, afluentes do rio *Manoel Alves Grande*) integram a bacia do Tocantins.

A Terra Indígena *Krikati* localiza-se, em média, a 150 quilômetros do Tocantins (90 km de Imperatriz e 120 km de Estreito). Os rios que determinam os limites sul e sudoeste da área indígena (Arraia e Lajeado) drenam suas águas para aquele o rio. Dada esta situação, o empreendimento não trará para este grupo indígena impactos diretos.

A Terra Indígena *Apinajé* localiza-se na margem esquerda do Tocantins, entre os municípios de Tocantinópolis (TO) /Porto Franco (MA) e Maurilândia (TO), a 30 quilômetros, rio acima, de Estreito (MA), onde se localizará o terminal da Hidrovia. Desta última cidade parte ainda a rodovia TO-126 ligando Estreito a Tocantinópolis e à BR-230 (Transamazônica). Apesar de mais próxima do empreendimento, localiza-se abaixo do ponto final da Hidrovia – ao menos na atual etapa programada da obra- não recebendo também, impactos diretos.

Avaliação e Análise dos Impactos

1) Os possíveis impactos das atividades de dragagem dependerão das análises químicas dos sedimentos do fundo do Tocantins, e a determinação dos níveis de material potencialmente tóxico destes sedimentos, já que serão revolvidos por aquela atividade e

poderão contaminar os peixes e, conseqüentemente toda a cadeia alimentar, ameaçando a saúde dos índios (pesquisa recente revelou que cardumes de algumas espécies – como a *piabanha*, *jaraqui*, *branquinha* e *fidalgo*, entre outras - sobem os tributários do médio Tocantins para desovar em pequenos afluentes, alcançando as áreas indígenas (cf: Diagnóstico da Pesca e Aquicultura na Bacia Araguaia-Tocantins - Ministério do Meio Ambiente, 1997, *mimeo*).

Impacto de escala regional e de moderada a baixa probabilidade de ocorrência durante os primeiros anos, poderá entretanto ter sua probabilidade de ocorrência aumentada em função da incorporação de novas áreas para culturas anuais de alto investimento e que utilizam agrotóxicos em grande escala, como a cultura da soja.

2) As atividades antrópicas que *serão induzidas pelo empreendimento* no entorno das Terras Indígenas *Krahô*, *Krikati* e *Apinajé*, derivam da incorporação de novas áreas para culturas anuais (*soja* e *arroz irrigado*) e permanentes (basicamente *pastagens*), implicando em novos desmatamentos⁴, poluição e contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, podendo acarretar, por sua vez, alterações significativas nos ecossistemas aquáticos locais e em suas relações, diretas e indiretas, com a fauna. Infelizmente, o Ministério dos Transporte não dispõe de estimativas ou projeções sobre o montante de terras (isto é, de erradicação da vegetação nativa ou “capoeiras”) que poderá/deverá ser incorporado como cultura anual ou permanente como decorrência da implantação da Hidrovia.

Dado este quadro, cresce a importância de frisar-se que cerca de 70% dos solos no curso médio do Tocantins (cerrados e áreas de transição na pré-amazônia maranhense) apresentam potencial erosivo entre médio e alto (IBGE, 1989). Trabalho da FUNATURA (1990), utilizando imagens do LANDSAT, calculou que 40% da vegetação da região já estavam modificados no final de 1980, acarretando problemas com erosão e lixiviação dos solos, contribuindo para os crescentes índices de deficiência hídrica já verificados em algumas áreas.

Por outro lado, as políticas públicas que alavancaram os “grandes projetos” na região, forçaram a incorporação das terras públicas em grandes propriedades privadas (através da ação do GETAT), tanto para sua utilização como estabelecimentos agropecuários produtivos, quanto para a especulação imobiliária (*no Maranhão, 6% dos proprietários detêm 58% das terras; o número de conflitos pela posse da terra daí decorridos são por demais conhecidos para serem citados*). Estes empreendimentos, além dos danos ambientais que acarretaram, são responsáveis pela exclusão social e a miséria endêmica da região do médio Tocantins, facultando muito pouco a inserção regional dos benefícios socioeconômicos que geraram.

Alguns dados relativos a outros empreendimentos, implantados em passado recente e induzidos por políticas públicas de desenvolvimento regional, no médio Tocantins-Araguaia - e que no futuro se articularão com a Hidrovia (tais como, os incentivos fiscais da SUDAM para estabelecimentos de empresas agropecuárias e cujos números já mencionamos na p.20; o Terminal Graneleiro da CVRD em Imperatriz; a Ferrovia Norte-Sul e os projetos PRODECER III e IV) - podem dar uma idéia do quadro recente dos desmatamentos:

- a operação do Terminal Graneleiro da CVRD em Imperatriz induziu a incorporação de cerca de 80.000 hectares de cerrados, concentrados sobretudo na Serra dos Penitentes; somente um projeto de colonização privado – o da BATAVO, em parceria com a JICA – foi responsável pela erradicação de 20 mil hectares da vegetação nativa no topo do divisor de águas Tocantins/Parnaíba; as chuvas torrenciais carregam os agrotóxicos deste empreendimento diretamente para o Tocantins, através dos formadores do afluente Manoel Alves Grande, situados logo abaixo da área da BATAVO;
- a implantação da Ferrovia Norte-Sul removerá 290.000.000 m³ de solos, além de estar prevista, como já dito, a incorporação de 34 milhões hectares de cerrados, matas de encosta e ciliares.

⁴ “O setor agropecuário tem exercido um papel fundamental no perfil de desenvolvimento implantado na bacia Araguaia-Tocantins, tendo atraído boa parte dos incentivos governamentais e se constituído no

- o Banco Mundial acertou com os governos do Tocantins e Maranhão um financiamento para as pavimentações das rodovias TO-376/245 (Tocantínia a Lizarda e Alto Parnaíba) e MA-330 (Balsas a Alto Parnaíba), facilitando o escoamento da soja no extremo sul do Maranhão e o nordeste do Tocantins, interligando esta região à Hidrovia Araguaia-Tocantins *e induzindo a abertura de novas áreas para aquela cultura de exportação*; as áreas indígenas Krahô e Xerente serão afetadas diretamente por estas obras.

Além dos danos ambientais apontados (que são irreversíveis, apresentando uma probabilidade de ocorrência alta e influência regional), estes empreendimentos acarretaram ainda uma *crecente valorização das terras* da região, que têm forçado, por sua vez e *por isso mesmo*, o abandono do meio rural pelo pequeno produtor - que vive basicamente da produção de subsistência e do extrativismo vegetal (frutas nativas, fava d'anta e babaçu) e animal (pesca). Enquanto que o município de Carolina, por exemplo, teve sua população diminuída em 35% nos últimos 10 anos, a cidade de Imperatriz crescerá 350% (IBGE, 1991). Os camponeses e ribeirinhos do médio Tocantins respondiam por 41% da economia regional em 1980 (IBGE, 1987); hoje, incorporados à massa urbana dos grandes centros regionais, respondem por menos de 3% da renda regional.

Os pequenos produtores que resistem ainda no campo são forçados a complementar sua renda com o trabalho assalariado nas carvoarias, madeireiras, mão-de-obra avulsa nas grandes fazendas de soja/arroz irrigado e no corte da cana em algumas usinas de açúcar e álcool da região. Mas a produção de alimentos (base do pequeno produtor) tem caído vertiginosamente desde meados dos anos 80 (IBGE, *idem*).

A modernização da agricultura na região sacrificou a produção de alimentos do pequeno produtor (mandioca, feijão, milho), privilegiando um produto de exportação (a soja). O pequeno não consegue mais colocar sua produção no mercado local a preços competitivos: o arroz irrigado do sul toma lugar nas mesas das classes médias regionais urbanas; a sua produção se transforma gradativa e inexoravelmente em autoconsumo.

principal agente de artificialização da paisagem” (MMA, *op.cit.* 44)

Sem renda monetária (para educar os filhos, comprar roupas e remédios, etc.), o pequeno produtor acaba por vender sua propriedade – para especuladores ou vizinhos mais capitalizados.

Esta preocupação com o pequeno produtor se justifica por duas razões: 1ª) antes da demarcação das terras indígenas, eram invasores ou “agregados”; depois dela, a disponibilidade de terras no entorno das áreas permitiu a fixação da maioria das famílias ali mesmo – e o SPI, e depois a FUNAI, impuseram sua presença para manter a distância; neste contexto, a posse da terra nas mãos do pequeno produtor tradicional (em que pese seus preconceitos e as “invasões” consentidas que realizava - ou realiza ainda) funcionou - e funciona ainda para os Krahô e Canela - como uma “zona tampão” de proteção das terras indígenas, pois sem possibilidade de investir - sem acesso a crédito - permanece em uma estrutura de produção e de manejo da sua propriedade semelhante àquela praticada pelos próprios índios; 2ª) o pequeno produtor pela sua própria condição, se encontra mais afeito a assimilar propostas de manejo na sua propriedade que impliquem na conservação dos recursos da flora nativa, beneficiando as terras indígenas.

A Hidrovia Araguaia-Tocantins se insere neste contexto social e econômico. Para os índios e pequenos produtores - eles mais fracos da estrutura econômica e social - sobrarão, como tem sido até agora, apenas os efeitos mais perversos do “progresso” induzido por empreendimentos de desenvolvimento regional. Em relação às populações indígenas, o único impacto positivo, via de regra, desta política tem sido uma certa atenção e pressão de órgãos, até então *governamentais*, envolvidos diretamente no empreendimento (como a ELETRONORTE e a CVRD, por exemplo) sobre a FUNAI, visando acelerar o processo de regularização fundiária das terras indígenas afetadas. E não porque se viram ou se vêm, de repente, comovidas pela “causa indígena”, mas devido às pressões dos bancos multilaterais - em geral, financiadores dos empreendimentos - estes sim sensíveis a pressão das ONGs *indigenistas e ambientalistas*.

Dado este quadro, o principal impacto esperado da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre os grupos indígenas **Krahô**, **Krikati** e **Apinayé** é a pressão sobre suas terras. Esta

pressão pode vir a se concretizar através de invasões por posseiros migrantes de regiões já “concentradas” ou de médios fazendeiros especuladores (como ocorreu nas Terra Indígena Krikati e Apinajé) e pelas invasões constantes por agentes de madeireiras, em busca de um recurso cada vez mais raro na região.

Impacto com probabilidade certa de ocorrência, duração permanente e com influência regional, as medidas necessárias para minimizar seus efeitos deverão ser implementadas no curto e médio prazos, e dependerão basicamente de políticas de fiscalização dos órgãos governamentais responsáveis (FUNAI, IBAMA e INCRA) com a participação efetiva dos índios.

Parte III - Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Medidas Mitigadoras e Compensatórias de Curto e Médio Prazo

A *medida mitigadora* necessária para minimizar os possíveis impactos das atividades de dragagem (contaminação da cadeia trófica por acúmulo de agrotóxicos nos sedimentos

do fundo do leito do rio Tocantins) *seria a obrigação legal, por parte das empresas agrícolas ou agricultores individuais, do uso de técnicas de conservação dos solos* (como o *plantio direto*, por exemplo, apesar do emprego intensivo de herbicidas nos anos iniciais de implantação) nas terras com culturas anuais do sistema soja/milheto/sorgo/arroz irrigado, já em uso na região, e o *controle biológico de pragas e insetos*, proibindo-se o uso de inseticidas. A EMBRAPA e as EMATER do Maranhão e Tocantins deveriam dar o suporte técnico para a implementação destas práticas, enquanto os *agentes financeiros* deveriam condicionar a liberação de créditos à adoção das práticas conservacionistas dos solos e sem riscos de contaminação. Dados exemplares sobre o avanço da fronteira agrícola da soja sobre os “chapadões” da região do médio Tocantins - e seus efeitos ambientais negativos - devem ser buscados na região de Balsas, sul do Maranhão, para sustentar estas medidas (ver a este respeito os estudos compilados no livro *Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?*).

Com relação aos *impactos decorrentes da incorporação de novas áreas de culturas e a crescente valorização das terras na região* (que acarretam as pressões já descritas sobre as Terras Indígenas), **medidas mitigadoras** de curto e médio prazo deverão ser tomadas.

A primeira destas medidas - de médio prazo, âmbito geral e englobando todas as terras indígenas afetadas direta e indiretamente pela Hidrovia e envolvendo órgãos federais - já vem sendo discutida há algum tempo na órbita do PPTAL (Programa de Terras Indígenas do PP-G 7). *Trata-se de implantar, em uma faixa de até 5 quilômetros de extensão no entorno das terras indígenas, um conjunto de Áreas de Proteção Ambiental (APA)*. Esta modalidade de Unidade de Conservação concilia a propriedade privada com medidas de conservação e proteção ambiental, de forma a poder minimizar os impactos dos desmatamentos sobre as terras indígenas (alterações no regime hídrico; alterações macro e micro-ambientais, interrompendo ciclos reprodutivos de espécies animais e vegetais, influenciando diretamente as condições de manejo tradicionais; surgimento de pragas e doenças a partir das alterações, através da “importação” de vírus e bactérias afetando ou degenerando recursos genéticos das espécies de uso tradicional dos índios, entre outros efeitos). O estabelecimento de um *Grupo de Trabalho Interministerial*

envolvendo o Ministério dos Transportes, da Justiça (FUNAI), do Meio Ambiente (IBAMA) e da Agricultura é condição prévia para a implementação da medida.

Outra medida importante poderia ser o estabelecimento, pelos Estados, de mecanismos fiscais compensatórios favorecendo os municípios onde se localizam Terras Indígenas. Um exemplo destas medidas poderia ser o estabelecimento, através de projeto de lei, do “ICMS Verde”, um mecanismo de devolução de uma percentagem do ICMS recolhido pelo Estado para os municípios onde se localizam as Terras Indígenas, proporcionalmente a área ocupada pela TI em cada município; parte desta devolução poderia ser aplicada pelos municípios nas próprias áreas indígenas e outra parte a critério das administrações municipais. Esta fórmula já vindo sendo aplicada, com sucesso, no Estado do Paraná.

Além destas medidas, outras, específicas por Terra Indígena, deveriam ser implementadas no curto prazo. São elas:

Terra Indígena Krikati

- *Imediata conclusão do processo de regularização fundiária da TI Krikati*

A FUNAI concluiu este ano a demarcação física da área, mas ainda não encaminhou o processo para homologação pelo Presidente da República. As alegações técnicas que apresenta não se sustentam e os Krikati consideram que a direção daquele órgão federal faz o jogo das elites políticas do Maranhão, que querem a redução dos limites já consagrados no ato do Ministro da Justiça (ver *supra*, p.17).

Além da homologação da demarcação, é necessário dar início ao processo de extrusão dos invasores (563 “posses”, de acordo com a FUNAI), processo que se inicia com a avaliação e pagamento das benfeitorias, julgadas de “boa-fé”, construídas pelos invasores (instalações e plantações). Até a presente data não foram iniciados estes trabalhos.

O Ministério dos Transportes deveria propor uma discussão com o Ministério da Justiça/FUNAI, Governo do Estado do Maranhão e INCRA, visando acelerar o processo

de regularização da TI Krikati. Dada a situação de tensão ainda reinante na área, o envolvimento do Judiciário e do Ministério Público Federal, a mobilização local das associações indígenas e entidades de apoio ao índio, o quadro pode agravar-se ainda mais se as medidas acima não forem tomadas a tempo.

Após a extrusão completa da área, *a FUNAI deveria ser instrumentalizada para fiscalizar a Terra Indígena, exercendo seu poder de polícia de forma a dissuadir novas invasões.* Ao mesmo tempo, *os índios deveriam receber apoio financeiro para instalar novas aldeias em pontos estratégicos do território demarcado,* segundo a orientação de origem dos subgrupos que compõem os Krikati, de forma a aliviar as tensões políticas internas na aldeia São José e exercerem um controle efetivo sobre a área demarcada.

Terra Indígena Apinajé

- *a incorporação da área delimitada pela FUNAI como TI Apinajé 2 à área já homologada e providenciar a sua regularização, com a retirada dos ocupantes*
- *a extrusão total do restante dos ocupantes não índios da área já demarcada, que ainda somam 100 famílias.*
- *a mudança do traçado da BR-230, considerando os novos limites do território Apinajé a serem reconhecidos pela União, deixando esta rodovia de cortar ou ser considerada como limite “natural” da TI Apinajé.*
- *a criação de um sistema integrado FUNAI/IBAMA para fiscalização dos pontos críticos da área Apinajé.*
- *estabelecer um compromisso formal, através de projeto de lei enviado pelo Executivo à Assembléia Legislativa, onde se formalize a garantia da integridade do território Apinajé como um todo, estabelecendo que nenhuma outra rodovia poderá ser construída ou pavimentada na TI Apinajé, além da TO-126, cujas condições de trânsito devem ser estabelecidas na mesma lei.*

Terra Indígena Krahô

- a principal medida seria instrumentalizar a FUNAI (ADR de Araguaína) para exercer uma fiscalização efetiva da área indígena. A forma como esta fiscalização será implementada deverá ser discutida com os índios (em reuniões gerais, envolvendo representantes de todas as aldeias), com o IBAMA (Superintendência de Palmas) e NATURATINS (exemplos de medidas que poderão ser implementadas: expedições fiscalizadoras sistemáticas e conjuntas entre FUNAI/IBAMA aos limites sul, sudeste e leste da área; a instalação de postos de vigilância da FUNAI em pontos vulneráveis e apoio e estímulo para mudanças de aldeias para regiões críticas da terra indígena).
- as associações indígenas locais dos Krahô (*Cààpei* e *Vyty-Cati*) deveriam ser apoiadas e instrumentalizadas para exercerem um papel fiscalizador, capacitando seus quadros para que formulem denúncias e acompanhem as expedições fiscalizadoras FUNAI/IBAMA.

No anexo, apresentamos um quadro onde resume-se as medidas mitigadoras e compensatórias de curto e médio prazo que deverão ser implementadas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Alencastre, J.M.P de - Annaes da Provincia de Goyaz, Rev. Trim. do Instituto Histórico, Geográfico e Ethográfico do Brasil, tomos 27-28, 1864-1865
- Azanha, G. - A Forma Timbira: Estrutura e Resistência, dissertação inédita de

- Mestrado, USP, 1984
- Relatórios inéditos Krahô, CTI, 1982-1992
- Castelnau, F. - Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, Paris, 1850/51
- CEDI - Povos Indígenas no Brasil, 1987- 1990
- CDDH-PA/MA - Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?, coletânea, 1995
- Gomes, V.F. - Itinerário da cidade de Palma em Goyás à cidade de Belém no Pará (1859), Rev. Inst. Hist. Bras., tomo XXV, 1862
- IBGE - Anuários Estatísticos, 1984 e 1993
- Ladeira, M.Elisa - A Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges: Uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira, dissertação inédita de mestrado, USP, 1982
- Relatório Identificação TI Apinajé, FUNAI, *mimeo*, 1984
- Laudo Antropológico sobre a TI Krikati, Justiça Federal-MA, *mimeo*, 1988
- Lave, J-C - Social Taxonomy among the Krikati, tese inédita de doutorado, Harvard University, 1967
- Lopes da Silva, A. - Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê, Antropologia 6, FFLCH - USP, 1986
- Magalhães, Couto de - Relatório apresentado a Assembléia Provincial de Goyás, Tipographia Provincial, 1863
- Mattos, Cunha - Chorographia Histórica da Província de Goyás, revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37, 1874/75
- Matta, R. da - Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé, Ed. Vozes, 1976
- Melatti, J.C. - Índios e Criadores, Ed. ICS, UFRJ – 1967
- Ritos de uma Tribo Timbira, UnB, *mimeo*, 1979
- MMA - Diagnóstico da Pesca e Aquicultura na Bacia Araguaia-Tocantins, *mimeo*, 1997

- Nimuendajú, C. - Os Timbira Orientais, Museu Nacional, *mimeo*, s.d.
- Os Apinayé, Boletim do Museu Emílio Goeldi, 1983
- Pohl, E. - Viagens pelo Interior do Brasil (1819), Edusp, 1987
- Ribeiro, Major F.P. - Memória sobre as Nações Gêntias que presentemente habitam o continente do Maranhão, Revista do Inst. Hist. Geog., tomo III, 1841
- Silva e Souza, L.A. - “Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz”, Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, tomo V, 1849